



Capítulo C - DOCUMENTO ESTRATÉGICO



Ficha Técnica

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.	
Coordenação	
Instituto Superior de Agronomia-Erena-Waymotion-2Eco	
Coordenação Geral	Margarida Tomé
	Carlos Rio Carvalho
Equipa Técnica	António Barreto
	Brigite Boutequim
	Eduardo Coelho
	Fátima Ventura
	Fernando Murça
	Joana Amaral Paulo
	João Silva
	Jorge Capelo *
	José Guilherme Calvão Borges
	José Miguel Cardoso Pereira
	Luis Gordinho
	Manuela Branco
	Mariana Antunes
	Paula Soares
	Pedro Silva
	Rui Andrade
	Sandra Mesquita *
	Susana Amaral
	Teresa Ferreira

*- Co-autoria da secção 2.

ÍNDICE

C - FUNÇÕES DOS ESPAÇOS FLORESTAIS E ÁREAS FLORESTAIS SENSÍVEIS

1	FUNÇÕES DOS ESPAÇOS FLORESTAIS	2
1.1	FUNÇÃO GERAL DE PRODUÇÃO	4
1.2	FUNÇÃO GERAL DE PROTEÇÃO	6
1.3	FUNÇÃO GERAL DE CONSERVAÇÃO DE <i>HABITATS</i> , DE ESPÉCIES DA FAUNA E DA FLORA E DE GEOMONUMENTOS.....	7
1.4	FUNÇÃO GERAL DE SILVOPASTORÍCIA, CAÇA E PESCA NAS ÁGUAS INTERIORES.....	8
1.5	FUNÇÃO GERAL DE RECREIO, ENQUADRAMENTO E VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM	8
2	SUB-REGIÕES HOMOGÉNEAS	10
2.1	CRITÉRIOS E PRINCÍPIOS PARA A DELIMITAÇÃO DE SUB-REGIÕES HOMOGÉNEAS.....	10
2.2	DEFINIÇÃO DAS SUB-REGIÕES HOMOGÉNEAS	12
2.2.1	<i>Densificação dos critérios</i>	12
2.2.1.1	Áreas com aptidão para pastoreio extensivo.....	12
2.2.1.2	Delimitação de corredores ecológicos	13
2.3	LIMITES.....	13
2.4	APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS	15
2.5	CARACTERIZAÇÃO DAS SUB-REGIÕES HOMOGÉNEAS	18
3	ZONAS SENSÍVEIS E CORREDORES ECOLÓGICOS.....	43
3.1	ARTICULAÇÃO DAS FUNÇÕES DOS ESPAÇOS FLORESTAIS COM AS ZONAS FLORESTAIS SENSÍVEIS	50
4	PONDERAÇÃO DOS MECANISMOS DE INTERNALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS.....	51
4.1	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020.....	51
4.2	MEDIDA 7 – AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS	51
4.3	MEDIDA 8 – PROTEÇÃO E REABILITAÇÃO DE POVOAMENTOS FLORESTAIS	53
4.4	MEDIDA 9 – MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE AGRÍCOLA EM ÁREAS DESFAVORECIDAS	54
4.5	COMENTÁRIO SOBRE O IMPACTO DO PDR 2014-2020 NA INTERNALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS.....	54
4.6	FUNDO FLORESTAL PERMANENTE	55
4.7	FUNDO AMBIENTAL.....	55
4.8	CERTIFICAÇÃO DA GESTÃO FLORESTAL SUSTENTÁVEL	56
4.9	SOBRE POSSÍVEIS MECANISMOS DE INTERNALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS NA FLORESTA.....	57

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Sub-Regiões Homogêneas do PROF Centro Interior. Funções: Pd – Produção; Pt – Proteção; C – Conservação; Sc/p– Silvopastorícia, caça e pesca; Re– Recreio.....	5
Figura 2 – Perigosidade de incêndio florestal na região PROF Centro Interior. Fonte: ICNF.....	44
Figura 3 – Risco de erosão hídrica da região PROF Centro Interior. B-Baixo; M-Médio; E-Elevado	45
Figura 4 – Importância ecológica (Rede Natura 2000) da região PROF Centro Interior. Fonte: ICNF	46
Figura 5 – Povoamentos com especial interesse social e cultural da região PROF Centro Interior	47
Figura 6 - Rede primária de gestão de combustível da região PROF Centro Interior. Fonte: ICNF	48
Figura 7 – Corredores ecológicos da região PROF Centro Interior. Fonte: ICNF	49

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Classificação da função de produção dos espaços florestais segundo os bens e serviços prestados pelos seus ecossistemas (ENF, 2015). Fonte: ENF.....	6
Tabela 2 – Classificação da função de proteção dos espaços florestais segundo os bens e serviços prestados pelos seus ecossistemas (ENF, 2015). Fonte: ENF.....	6
Tabela 3 – Classificação da função de conservação de <i>habitats</i> , de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos dos espaços florestais segundo os bens e serviços prestados pelos seus ecossistemas (ENF, 2015). Fonte: ENF.....	7
Tabela 4 – Classificação da função de silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores dos espaços florestais segundo os bens e serviços prestados pelos seus ecossistemas (ENF, 2015). Fonte: ENF	8
Tabela 5 – Classificação da função de recreio, enquadramento e valorização da paisagem dos espaços florestais segundo os bens e serviços prestados pelos seus ecossistemas (ENF, 2015). Fonte: ENF	9
Tabela 6 – Justificação das alterações de limites entre os PROF de primeira geração (beira interior norte e beira interior sul) e o PROF proposto	14
Tabela 7 – Aplicação dos critérios de definição das Sub-Regiões Homogêneas à região do Centro Interior (C1- critério de primeira ordem, C2-critério de segunda ordem de acordo com o definido em 2.1).....	15
Tabela 8 – Percentagem da superfície de corredores ecológicos (% CE) e percentagem da superfície do Sistema Nacional de Áreas Classificadas (percentagem SNAC) na superfície das sub-regiões homogêneas	17
Tabela 9 – Usos e ocupação do solo por Sub-região homogênea. Fonte: ICNF-IFN6	22
Tabela 10 – Séries de Vegetação no PROF Centro Interior.....	35
Tabela 11 – Variáveis de caracterização das sub-regiões homogêneas	36
Tabela 12 – Caracterização das sub-regiões homogêneas	37
Tabela 13 - Povoamentos Florestais por espécie e composição e sub-região homogênea. Fonte: ICNF-IFN6	38

Tabela 14 – Tipologias de apoios da Medida 7 do PDR 2014-2020. Fonte: PDR2020	52
Tabela 15 – Tipologias de apoios da Medida 8 do PDR 2014-2020. Fonte: PDR2020	53
Tabela 16 – Tipologias de apoios da Medida 9 do PDR 2014-2020. Fonte: PDR2020	54

SIGLAS E ACRÓNIMOS

SIGLAS OU ACRÓNIMOS	DESCRIÇÃO
BIN	BEIRA INTERIOR NORTE
BIS	BEIRA INTERIOR SUL
CE	CORREDORES ECOLÓGICOS
CI	CENTRO INTERIOR
DR	DIÁRIO DA REPÚBLICA
EEA	<i>ECONOMIC EUROPEAN AREA</i>
ENCNB	ESTRATÉGIA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE
ENF	ESTRATÉGIA NACIONAL PARA AS FLORESTAS
FCNB	FUNDO PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE
FFP	FUNDO FLORESTAL PERMANENTE
GEE	GASES COM EFEITO DE ESTUFA
ICNF	INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E FLORESTAS
IFN	INVENTÁRIO FLORESTAL NACIONAL
IGT	INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL
PDR	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
PNPOT	PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
PNTI	PARQUE NATURAL TEJO INTERNACIONAL
PROF	PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL
PROT	PLANO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
RCM	RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS
RFCN	REDE FUNDAMENTAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA
RNAP	REDE NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS
SIC	SÍTIO DE IMPORTÂNCIA COMUNITÁRIA
SNAC	SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS CLASSIFICADAS
SRH	SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA
UE	UNIÃO EUROPEIA
ZIF	ZONA DE INTERVENÇÃO FLORESTAL

SIGLAS OU ACRÓNIMOS	DESCRIÇÃO
ZPE	ZONA DE PROTEÇÃO ESPECIAL

C - FUNÇÕES DOS ESPAÇOS FLORESTAIS E ÁREAS FLORESTAIS SENSÍVEIS

1 FUNÇÕES DOS ESPAÇOS FLORESTAIS

As florestas foram sempre uma fonte de bens e serviços diversos para as sociedades humanas. No entanto, o momento histórico em que se afirmou o recurso ao método científico no planeamento florestal coincidiu com a época (séc. XIX) em que predominaram preocupações com a sustentabilidade de um produto florestal específico - a madeira. Em consequência, o planeamento florestal privilegiou no passado funções de produção e de conservação com o objetivo de conseguir a estabilidade da oferta de lenho (Borges 1999). Neste contexto, o planeamento florestal foi pioneiro na adoção de perspetivas de sustentabilidade da utilização dos recursos naturais no longo prazo. Entretanto, o desenvolvimento socioeconómico e as tendências de evolução demográfica determinaram preocupações com a sustentabilidade de outros recursos naturais (e.g., brávia, biodiversidade) e outras funções dos espaços florestais. A classificação funcional dos espaços florestais reflete este contexto e contribui para que o planeamento florestal possa integrar as interpretações ecológica e socioeconómica do conceito de sustentabilidade (Borges 1999).

A multifuncionalidade dos espaços florestais à escala da região pode ser potenciada no âmbito do planeamento florestal por decisões de segregação ou integração espacial de funções. Aquele deverá considerar para o efeito como função primordial dos espaços florestais, a satisfação das necessidades das sociedades e indivíduos, atuais e futuras, em bens e serviços com origem naqueles espaços (ENF, 2015). Para além disso, o planeamento florestal deve integrar preocupações relativas à oferta de serviços de ecossistema provenientes dos espaços florestais (e.g., Gómez-Baggethun *et al.* 2010; De Groot *et al.* 2010). A Estratégia Nacional para as Florestas (ENF, 2015) propõe para o efeito a classificação funcional dos espaços florestais segundo os bens e serviços prestados pelos seus ecossistemas de acordo com cinco funções gerais: 1) produção, 2) proteção, 3) conservação dos *habitats*, de espécies de fauna e da flora e geomonumentos, silvopastorícia, 4) caça e pesca nas águas interiores e 5) recreio, enquadramento e estética da paisagem (Tabelas 1 a 5).

A macrozonagem das funções dominantes do espaço florestal de acordo com as produtividades potenciais lenhosas e distribuição no território continental de três espécies florestais – Pinheiro bravo, Eucalipto e Sobreiro sugere, de acordo com a ENF (2015), que a região PROF CI (Programa Regional de Ordenamento Florestal para o Centro Interior) tenha áreas com dimensão aproximadamente igual com a produção ou a gestão multifuncional como vocações dominantes. De acordo com a ENF (2015), o planeamento florestal em áreas com vocação dominante de produção – predominantemente a Oeste na região - deve ter como objetivo prioritário o aumento da competitividade por via de uma silvicultura adequada ao incremento da produtividade lenhosa pela utilização das tecnologias e pelo acesso a recursos edáficos que permitam expressar melhor aquele potencial de produção, de acordo com as condicionantes ambientais.

No caso das áreas que têm como vocação dominante a gestão multifuncional – predominantemente a Leste na região – a ENF (2015) sugere que o planeamento florestal deve potenciar na região, em complementaridade e de acordo com a especificidade local, os valores de uso direto e os outros produtos não lenhosos, com destaque para a resina, a cortiça e os frutos, nomeadamente a produção de castanha,

mas também de pastagem, de caça e de recreio. Nos valores de uso indireto, a ENF (2015) sugere que o PROF CI deve dar especial atenção à proteção dos solos e do regime hídrico.

No entanto, a segregação ou integração espacial à escala da região das cinco funções gerais deve considerar as variáveis ecológicas e socioeconómicas regionais e o resultado do seu cruzamento que se evidencia no historial de utilização regional dos espaços florestais (ver capítulos A e B deste relatório). A própria ENF (2015) ressalva a natureza indicativa da classificação do território de acordo com funções dominantes e refere a importância do reconhecimento de condicionantes que decorrem da hierarquia espacial de escalas de planeamento. A ENF (2015) refere, por exemplo, que as áreas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) - RNAP, sítios da Lista Nacional de Sítios e Zonas de Proteção Especial integrados na Rede Natura 2000 e as demais áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português (ver capítulos A e B deste relatório) – são transversais às áreas que têm como vocação dominante a produção ou a gestão multifuncional. Aquelas apresentam uma especificidade própria em que a vocação de conservação da biodiversidade assume especial relevância.

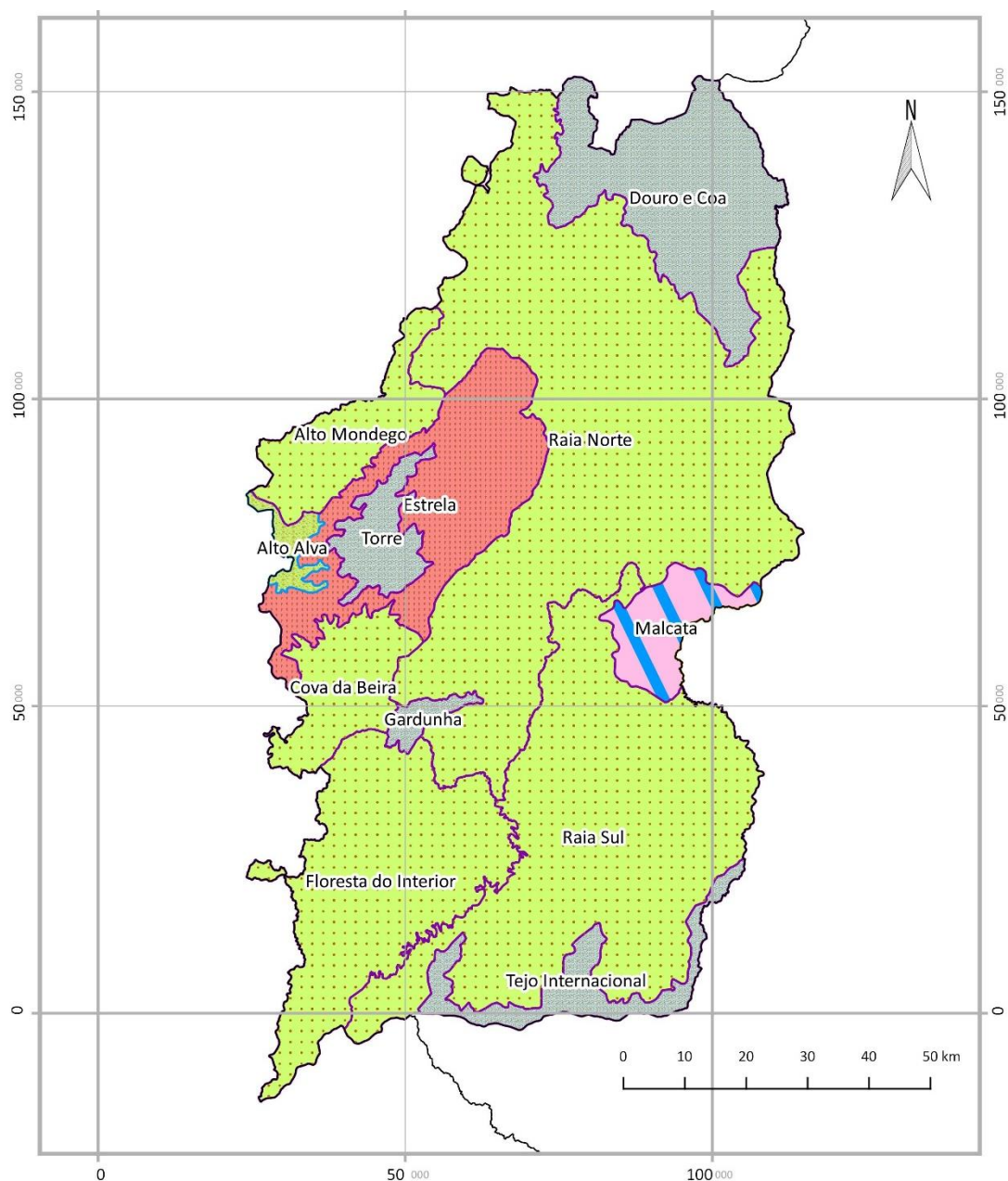
A classificação funcional do espaço florestal regional deve considerar, por fim, a sua integração no mosaico ecológico e socioeconómico da região. Em particular, deve considerar as orientações que decorrem do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT). As suas opções estratégicas para conseguir um espaço sustentável e bem ordenado articulam-se com os objetivos da ENF (2015) e incluem a preservação do quadro natural e paisagístico, da floresta, a gestão e valorização das áreas classificadas na RFCN e a sua articulação com o sistema urbano e industrial e infraestruturas. Especificamente, o PNPOT reconhece a importância estratégica dos recursos florestais, mas destaca os problemas estruturais do setor, em particular os que decorrem da estrutura da propriedade e da falta de planeamento e de gestão responsável e sustentável bem como os riscos naturais, designadamente de incêndio e de erosão costeira.

A classificação funcional dos espaços florestais da região PROF CI é enquadrada pelas estratégias nacionais para o ordenamento do território e dos espaços florestais e integra a informação ecológica e socioeconómica regional (ver capítulos A e B deste relatório) por forma a potenciar a eficácia do planeamento florestal numa perspetiva multifuncional de promoção da oferta sustentável de serviços de ecossistema. A classificação, de carácter indicativo, oferece informação relativa às potencialidades e limitações associadas à gestão dos ecossistemas florestais e à oferta de serviços de ecossistema à escala regional e no horizonte temporal do planeamento florestal regional. Para além disso, serve de base à delimitação de sub-regiões homogéneas (seção 2). Nas subsecções seguintes caracteriza-se de forma sumária cada uma das funções dos espaços florestais. Para além disso, apresenta-se informação relativa às áreas na região PROF CI em que cada uma das funções é dominante (mas não exclusiva).

1.1 Função geral de produção

A função geral de produção é definida na ENF (2015) como a contribuição dos espaços florestais para o bem-estar material das sociedades rurais e urbanas (Tabela 1). Ela envolve as subfunções gerais de produção de madeira, produção de cortiça, produção de biomassa para energia, produção de frutos e sementes, produção de resinas naturais e produção de outros materiais vegetais e orgânicos (Tabela 1).

A área em que a função geral de produção é dominante na região PROF CI é de cerca de 744.453 ha, correspondendo a 73,9% da área da respectiva região PROF (Figura 1). Esta classificação reflete a vocação dominante de produção numa área substancial da região PROF CI expressa na ENF (2015).



Legenda:

PROF Centro Interior

Sub-Regiões Homogêneas - Funções a Privilegiar:

-  C-Pd-Re
-  C-Pd-Sc/p
-  C-Pt-Sc/p
-  Pd-Pt-Sc/p
-  C-Re-Sc/p

Sistema de Referência: ETRS89 PT-TM06

Fontes: Instituto de Conservação da Natureza e Floresta; Carta Administrativa Oficial de Portugal (2016)

Figura 1 – Sub-Regiões Homogêneas do PROF Centro Interior. Funções: Pd – Produção; Pt – Proteção; C – Conservação; Sc/p– Silvopastorícia, caça e pesca; Re– Recreio.

Tabela 1 – Classificação da função de produção dos espaços florestais segundo os bens e serviços prestados pelos seus ecossistemas (ENF, 2015). Fonte: ENF

FUNÇÃO GERAL		SUBFUNÇÕES GERAIS	FUNÇÕES ESPECÍFICAS DOMINANTES
Produção	Contribuição dos espaços florestais para o bem-estar material das sociedades rurais e urbanas	Produção de madeira	Produção de toros, rolaria, raízes, etc.
		Produção de cortiça	Produção de cortiça
		Produção de biomassa para energia	Produção de lenha, carvão, biomassa para centrais energéticas, etc.
		Produção de frutos e sementes	Produção de pinhão, castanha, noz, medronho, alfarroba, etc.
		Produção de resinas naturais	Produção de resinas naturais
		Produção de outros materiais vegetais e orgânicos	Produção de folhagens, vimes, cascas, árvores de Natal, cogumelos, plantas alimentares, aromáticas e medicinais, etc.

A importância da subfunção geral de produção de madeira proveniente do pinhal bravo e do eucaliptal decorre da extensão das áreas ocupadas por estas espécies e do seu potencial produtivo (ver secções anteriores). O conjunto de produtos associados à gestão destes ecossistemas inclui a biomassa para energia e as resinas naturais.

1.2 Função geral de proteção

A função geral de proteção é definida na ENF (2015) como a contribuição dos espaços florestais para a manutenção das geocenoses e das infraestruturas antrópicas (Tabela 2).

Tabela 2 – Classificação da função de proteção dos espaços florestais segundo os bens e serviços prestados pelos seus ecossistemas (ENF, 2015). Fonte: ENF

FUNÇÃO GERAL		SUBFUNÇÕES GERAIS	FUNÇÕES ESPECÍFICAS DOMINANTES
Proteção	Contribuição dos espaços florestais para	Proteção da rede hidrográfica	Proteção das margens, manutenção da qualidade de água, etc.
		Proteção contra a erosão eólica	Fixação das areias móveis

FUNÇÃO GERAL		SUBFUNÇÕES GERAIS	FUNÇÕES ESPECÍFICAS DOMINANTES
	a manutenção das geocenoses e das infraestruturas antrópicas	Proteção contra a erosão hídrica e cheias	Fixação de vertentes, correção torrencial, amortecimento de cheias, etc.
		Recuperação de solos degradados	Proteção e produção de solo
		Proteção microclimática	Compartimentação de campos agrícolas, interceção de nevoeiros, etc.
		Proteção e segurança ambiental	Filtragem de partículas e poluentes atmosféricos
		Mitigação das alterações climáticas	Sumidouro de carbono, tanto ao nível do solo como da biomassa aérea
		Proteção contra incêndios	Faixas de gestão de combustível, faixas de alta densidade

Ela envolve as subfunções gerais de proteção da rede hidrográfica, proteção contra a erosão eólica, proteção contra a erosão hídrica e cheias, recuperação de solos degradados, proteção microclimática, proteção e segurança ambiental, mitigação das alterações climáticas e proteção contra incêndios (Tabela 2).

1.3 Função geral de conservação de *habitats*, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos

A função geral de conservação de *habitats*, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos é definida na ENF (2015) como a contribuição dos espaços florestais para a manutenção da diversidade biológica e genética e de geomonumentos (Tabela 3). Ela envolve as subfunções gerais de conservação de *habitats* classificados, conservação de espécies da flora e da fauna protegida, conservação de geomonumentos e conservação dos recursos genéticos (Tabela 3).

Tabela 3 – Classificação da função de conservação de *habitats*, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos dos espaços florestais segundo os bens e serviços prestados pelos seus ecossistemas (ENF, 2015). Fonte: ENF

FUNÇÃO GERAL		SUBFUNÇÕES GERAIS	FUNÇÕES ESPECÍFICAS DOMINANTES
Conservação de <i>habitats</i> , de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos	Contribuição dos espaços florestais para a manutenção da diversidade biológica e genética e de geomonumentos	Conservação de <i>habitats</i> classificados	Manutenção num estado favorável de conservação de <i>habitats</i> e espécies, classificados como prioritários nos diversos diplomas de nível nacional e europeu
		Conservação de espécies da flora e da fauna protegida	
		Conservação de geomonumentos	Proteção de jazidas paleontológicas, etc.

FUNÇÃO GERAL		SUBFUNÇÕES GERAIS	FUNÇÕES ESPECÍFICAS DOMINANTES
		Conservação dos recursos genéticos	Manutenção da riqueza genética

1.4 Função geral de silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores

A função geral de silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores é definida na ENF (2015) como a contribuição dos espaços florestais para o desenvolvimento da caça, pesca e pastorícia (Tabela 4). Ela envolve as subfunções gerais de suporte à caça e conservação das espécies cinegéticas, suporte à pastorícia, suporte à apicultura, suporte à pesca em águas interiores (Tabela 4).

Tabela 4 – Classificação da função de silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores dos espaços florestais segundo os bens e serviços prestados pelos seus ecossistemas (ENF, 2015). Fonte: ENF

FUNÇÃO GERAL		SUBFUNÇÕES GERAIS	FUNÇÕES ESPECÍFICAS DOMINANTES
Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores	Contribuição dos espaços florestais para o desenvolvimento da caça, pesca e pastorícia	Suporte à caça e conservação das espécies cinegéticas	Enquadramento da atividade cinegética, produção de carne, etc.
		Suporte à pastorícia	Produção de carne, leite, lã, peles, etc.
		Suporte à apicultura	Produção de mel e outros produtos apícolas
		Suporte à pesca em águas interiores	Enquadramento de atividade de pesca nas águas interiores

1.5 Função geral de recreio, enquadramento e valorização da paisagem

A função geral de recreio, enquadramento e valorização da paisagem é definida na ENF (2015) como a contribuição dos espaços florestais para o bem-estar físico, psíquico, espiritual e social dos cidadãos (Tabela 5). Ela envolve as subfunções gerais de enquadramento de aglomerados urbanos e monumentos, enquadramento de equipamentos turísticos, recreio, conservação de paisagens notáveis, enquadramento de usos especiais e enquadramento de infraestruturas (Tabela 5).

Tabela 5 – Classificação da função de recreio, enquadramento e valorização da paisagem dos espaços florestais segundo os bens e serviços prestados pelos seus ecossistemas (ENF, 2015). Fonte: ENF

FUNÇÃO GERAL		SUBFUNÇÕES GERAIS	FUNÇÕES ESPECÍFICAS DOMINANTES
Recreio, enquadramento e valorização da paisagem	Contribuição dos espaços florestais para o bem-estar físico, psíquico, espiritual e social dos cidadãos	Enquadramento de aglomerados urbanos e monumentos	Enquadramento de sítios arqueológicos, monumentos, zonas urbanas, etc.
		Enquadramento de equipamentos turísticos	Enquadramento de aldeamentos turísticos, campos de golfe, etc.
		Recreio	Enquadramento de atividades de recreio e contemplação
		Conservação de paisagens notáveis	Composição de paisagens classificadas
		Enquadramento de usos especiais	Enquadramento de campos militares, estabelecimento prisionais, etc.
		Enquadramento de infraestruturas	Enquadramento de vias de comunicação, zonas industriais, etc.

2 SUB-REGIÕES HOMOGÉNEAS

Com vista a uma abordagem uniforme ao nível nacional, a elaboração da revisão dos PROF seguiu alguns critérios, definidos à priori, entre eles os que conduziram à delimitação das sub-regiões homogéneas, transversais a todos os 7 PROF.

2.1 Critérios e princípios para a delimitação de sub-regiões homogéneas

I - Delimitação das sub-regiões homogéneas (SRH)

A delimitação das SRH teve por base os limites das SRH nos PROF anteriores, sendo o objetivo geral a manutenção das delimitações existentes, bem como a designação respetiva. Em algumas situações justificam-se e admitiram-se ajustes, nomeadamente a limites biofísicos, limites das áreas classificadas e aptidão produtiva das principais espécies, bem como os que naturalmente resultam da alteração da área territorial dos PROF face aos da primeira geração.

Em caso de houvesse necessidade de alterar a designação de uma SRH, nomeadamente nos casos em que tal fosse resultado de junção de várias das anteriores SRH, foram considerados os conceitos e perceções das populações locais.

II – Definição das Funções gerais dos espaços florestais nas sub-regiões homogéneas

Funções gerais dos espaços florestais:

Pd – Produção;

Pt – Proteção;

C – Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos;

Sc/P – Silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores;

Re – Recreio e valorização da paisagem.

A definição das funções iniciou-se com a aplicação de critérios de representatividade /expressão do critério na SRH. Assim, a SRH terá uma determinada função, **a expressão do critério em áreas de espaços florestais da SRH seja igual ou superior a 50% da totalidade da área de espaços florestais contidos na SRH a classificar:**

- a) SRH com **função «Pd – Produção»** – a função será atribuída à SRH quando se verifique uma das seguintes situações numa área igual ou superior a 50% da ocupada por espaços florestais na SRH:

- A aptidão produtiva de pelo menos duas das espécies florestais que têm de ser avaliadas em todos os PROF (Pb, Sb, Ec, Az, Pm) é Boa ou Regular; ou
- Pelo menos uma das espécies florestais que têm de ser avaliadas em todos os PROF e uma das que constam da Tabela 1, do CE aplicável ao PROF em questão, é Boa ou Regular.

b) SRH com **função «Pt – Proteção»** :

- SRH onde o somatório das áreas de espaços florestais com declives maiores ou iguais a 50% ou dos corredores ecológicos, represente uma área igual ou superior a 50% da área de espaços florestais contidos na SRH.

c) SRH com **função «C – Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos»** ou **«Re – Recreio e valorização da paisagem»** – conforme a especificidade da vocação da área classificada:

- SRH onde a área de espaços florestais da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) representa uma área igual ou superior a 50% da área de espaços florestais contidos na SRH, sendo a função a **C** ou **Re** em função dos objetivos que conduziram à classificação da Área Protegida e dos principais valores a preservar (valores de conservação da natureza ou de recreio e paisagem);
- SRH não abrangidas pelo critério anterior, onde a área de espaços florestais da ZPE ou do sítio da Rede Natura 2000 representa uma área superior ou igual a 50% da área de espaços florestais contidos na SRH, sendo atribuída como função a **C** apenas nas situações resultantes de uma análise casuística e devidamente justificada, em que a tipologia dos valores do SIC ou ZPE em espaços florestais o justifiquem.

d) SRH com **função «Sc/P – Silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores»** a função será atribuída à SRH quando se verifique uma das seguintes situações:

- SRH onde o somatório das áreas de espaços florestais com aptidão para pastoreio extensivo seja igual ou superior a 50% da área de espaços florestais contidos na SRH;
- SRH onde o somatório das áreas ocupadas por povoamentos de azinheira seja igual ou superior a 50% da área de espaços florestais contidos na SRH.

e) SRH com **função «Re – Recreio e valorização da paisagem»** :

- SRH onde o somatório das áreas de espaços florestais que contenham valores, estatuto ou aptidão principal de recreio e valorização da paisagem representem uma área igual ou superior a 50% da área de espaços florestais contidos na SRH.

Em SRH onde a aplicação dos critérios acima referidos resulte em várias possibilidades, as funções são ordenadas de acordo com o critério:

1ª – C	2ª – PT	3ª – PD	4ª – RE	5ª – SC/P
--------	---------	---------	---------	-----------

A definição da 2.ª e 3.ª função gerais de uma SRH corresponde aos valores percentuais sucessivamente inferiores aos encontrados para a 1.ª função, por aplicação dos critérios genéricos acima referidos.

Há ainda a considerar que

- a) A definição das funções assenta no princípio da multifuncionalidade das florestas assumido na ENF, que se encontra espelhado na própria Visão - “*A visão para a floresta nacional considera um futuro onde as florestas sejam vitais, produtivas e multifuncionais. (...)*”;
- b) No pressuposto indicado em a), o resultado final do exercício de definição/hierarquização das funções gerais dos espaços florestais nas SRH deu resultado à identificação, sem uma hierarquização relativa, das **três principais funções gerais** dos espaços florestais presentes em cada SRH.

Nesta conformidade, para cada uma das SRH são agrupadas as três principais funções definidas de acordo com o acima expresso, as quais serão compatibilizadas em sede de definição dos modelos de silvicultura para cada uma das SRH.

A Figura 1 mostra a afetação dos grupos de três funções não hierarquizadas a cada uma das SRH.

III- Delimitação dos corredores ecológicos

A delimitação dos corredores ecológicos deve ter por base os atualmente existentes ou previstos noutros IGT, podendo ser objeto de alterações e ajustes, nomeadamente no que se refere à sua largura, desde de que devidamente justificados e de modo a estabelecer um *continuum*, considerando que o seu principal objetivo consiste em assegurar condições essenciais à migração, à distribuição geográfica e ao intercâmbio genético de espécies selvagens, nomeadamente de espécies florestais.

2.2 Definição das sub-regiões homogéneas

2.2.1 Densificação dos critérios

Para aplicação eficiente dos critérios definidos em 2.1 foi necessário considerar o tratamento específico das áreas com aptidão para o pastoreio extensivo e delimitação de corredores ecológicos.

2.2.1.1 Áreas com aptidão para pastoreio extensivo

Para aplicação deste critério foi utilizada para cada subzona a fração “Matos e Pastagens” com resultante dos dados do IFN 6. Os “Matos e Pastagens” representam bem a fração do território aplicada ao pastoreio extensivo e garantem homogeneidade de critério no tratamento das sub-regiões homogéneas.

2.2.1.2 Delimitação de corredores ecológicos

A definição dos corredores ecológicos no território do PROF Centro Interior inclui todos os corredores definidos do PROT Centro, que se encontra em fase de aprovação, para além de outros que articulam uma rede coerente.

Pretende-se garantir as funções de **Proteção** através dos corredores ecológicos, em particular na adjacência da rede hidrográfica. Esta função de Proteção e também as funções de conectividade são, em grande medida, funções que os espaços florestais desempenham no contexto do território, estando ou não estando incluídos em corredores ecológicos. Assim para efeito da definição de funções da floresta importa considerar zonas mais próximas de habitats com relevância ecológica particular (e.g ripícolas) e de zonas mais associadas às funções de conservação do solo e da água, garantindo, simultaneamente, que a definição do critério de dimensão não incide de forma desequilibrada na definição das funções da floresta nas sub-regiões homogêneas.

Por outro lado, estes corredores ecológicos podem ter uma função importante na conservação dos habitats de espécies como o lobo-ibérico (*Canis lupus*) ou o lince-ibérico (*Lynx pardinus*), incluindo a conservação dos habitats das suas presas. As necessidades de conectividade nestes habitats têm uma expressão territorial mais importante, dada a ecologia destas espécies. Por exemplo, as unidades mínimas de habitat favorável necessárias a uma fêmea territorial de lince-ibérico são 500 ha. Assim, à escala regional, os corredores ecológicos a considerar devem ter potencial de eficácia para estas espécies e outras com estatuto de conservação semelhante como algumas espécies de aves de rapina. Assim, tendo particularmente em atenção este último aspeto considerou-se para efeito de definição das funções da floresta uma largura padrão dos corredores de 2000 m.

2.3 Limites

A análise das funções dos espaços florestais foi realizada sobre a estrutura de sub-regiões homogêneas dos PROF de 1ª geração, ajustados para os limites indicados na Peça Gráfica CSRH_3_Centro Interiore e da Figura 1 tendo em atenção a necessidade de unir frações de antigas sub-regiões homogêneas que resultaram de pequena ou muito pequena dimensão após o corte pelos novos limites, mantendo-se no essencial a estrutura das sub-regiões.

Tabela 6 – Justificação das alterações de limites entre os PROF de primeira geração (beira interior norte e beira interior sul) e o PROF proposto

PROF 1ª	SUB-REGIÃO PROF 1ª GERAÇÃO	SUB-REGIÃO PROF ATUAL	AJUSTE	JUSTIFICAÇÃO
Beira Interior Sul	Ocreza	Floresta do Interior	Agregação	Muito pequena superfície que não justifica SRH individualizada
Beira Interior Sul	Gardunha	Gardunha	Agregação à SRH Gardunha do PROF de 1ª geração BIN	Agregação decorrente da própria agregação da área dos dois PROF
Beira Interior Sul	Malcata	Malcata	Agregação à SRH Malcata do PROF de 1ª geração BIN	Agregação decorrente da própria agregação da área dos dois PROF
Beira Interior Norte	Gardunha	Gardunha	Agregação à SRH Gardunha do PROF de 1ª geração BIS	Agregação decorrente da própria agregação da área dos dois PROF
Beira Interior Norte	Malcata	Malcata	Agregação à SRH Malcata do PROF de 1ª geração BIS	Agregação decorrente da própria agregação da área dos dois PROF
Beira Interior Norte	Vale do Alva	Alto Alva	Agregação das SRH Alto Alva e Vale do Alva	Agregação decorrente da pequena dimensão da SRH Alto Alva

2.4 Aplicação dos Critérios

A

Tabela 7 mostra a afetação dos critérios definidos às sub-regiões homogêneas definidas no PROF original (dito de 1ª geração), estando assinalados os critérios que as SRH cumprem para definição como função geral. A Figura 1 mostra a distribuição das primeiras funções gerais no território.

Tabela 7 – Aplicação dos critérios de definição das Sub-Regiões Homogêneas à região do Centro Interior (C1- critério de primeira ordem, C2-critério de segunda ordem de acordo com o definido em 2.1)

ID_SRH	DESIGNAÇÃO	ÁREA (HA)	PD-PRODUÇÃO		PT-PROTEÇÃO	C-CONSERVAÇÃO		SC/P-SILVOPASTORÍCIA, CAÇA E PESCA	RE-RECREIO	FUNÇÕES DOS ESPAÇOS FLORESTAIS		
			C1	C2	C1	C1	C2	C1	C1			
316J03	Alto Alva	7701,40	Ec-Sb	-	-	PTCON0014	-	-	-	C	Pd	Sc/p
316J07	Alto Mondego	38663,07	Ec-Pb	-	-	-	-	x	-	Pd	Sc/p	Pt
316J04	Cova da Beira	36971,70	Ec-Sb	-	-	-	-	x	-	Pd	Sc/p	Pt
316J06	Douro e Coa	89500,20	-	-	-	PTCON0022	-	x	-	Sc/p	Pt	C
316J02	Estrela	86303,18	-	-	-	PTCON0014	-	x	x	C	Sc/p	Re
316I11	Floresta do Interior	117302,65	Ec-Pb	-	-	-	-	x	-	Pd	Sc/p	Pt
316J01	Gardunha	6152,07	Ec-Pb	-	x (ver2.5.7)	PTCON0028	-	x	-	C	Sc/p	Pt
316I09	Malcata	25270,96	-	-	-	PTCON0004	-	-	x	C	Re	Pd
316J08	Raia Norte	340876,56	Ec-Pb	-	-	-	-	x	-	Pd	Sc/p	Pt
316I12	Raia Sul	210638,64	Ec-Pb	-	x	-	-	x	-	Pd	Sc/p	Pt

ID_SRH	DESIGNAÇÃO	ÁREA (HA)	PD-PRODUÇÃO		PT-PROTEÇÃO	C-CONSERVAÇÃO		SC/P-SILVOPASTORÍCIA, CAÇA E PESCA	RE-RECREIO	FUNÇÕES DOS ESPAÇOS FLORESTAIS		
			C1	C2		C1	C2					
316I10	Tejo Internacional	27069,57	-	-	x	PNTI/ PTZPE0042	-	x	-	C	Sc/p	Pt
316J05	Torre	20936,18	-	-	x	PTCON0014	-	x	x	C	Sc/p	Pt

Tabela 8 – Percentagem da superfície de corredores ecológicos (% CE) e percentagem da superfície do Sistema Nacional de Áreas Classificadas (percentagem SNAC) na superfície das sub-regiões homogéneas

DESIGNAÇÃO	ID_SRH	ÁREA (HA)	% CE	% SNAC
Alto Alva	316J03	7684,86	24,8%	72%
Alto Mondego	316J07	38583,86	17,7%	8,6%
Cova da Beira	316J04	36889,52	26,0%	3,9%
Douro e Coa	316J06	89346,99	24,3%	78,6%
Estrela	316J02	86125,03	11,7%	68,2%
Floresta do Interior	316I11	117028,2	17,4%	1,6%
Gardunha	316J01	6138,44	19,4%	100%
Malcata	316I09	25220,05	13,7%	100%
Raia Norte	316J08	340218,1	18,4%	17,3%
Raia Sul	316I12	210175	13,2%	2,8%
Tejo Internacional	316I10	27007,19	46,1%	94,0%
Torre	316J05	20892,02	6,3%	100,0%

2.5 Caracterização das sub-regiões homogêneas

A caracterização das sub-regiões homogêneas, inclui a análise detalhada dos usos e ocupação do solo incluída na Tabela 9 e a caracterização dos povoamentos florestais descrita na Tabela 13 e considera o conjunto de variáveis indicadas na Tabela 11 e descritas na Tabela 12, cuja a informação é sintetizada nos pontos 2.5.1 a 2.5.12.

2.5.1 316J03-Alto Alva

As três funções principais desta SRH são (sem diferença de prioridade entre si): Conservação, Produção e Silvopastorícia, Caça e Pesca.

A Rede Natura 2000 está presente em 72% do território da SRH (PTCON0014 – Serra da Estrela/Parque Natural da Serra da Estrela e PTCON0027 – Carregal do Sal). A SRH tem aptidão regular a boa para a produção de eucalipto e sobreiro em 100% da sua superfície. Os espaços florestais, a área florestal arborizada, o mato e as pastagens ocupam respetivamente 82%, 46%, 32% e 4% da superfície da SRH. A produtividade cinegética é tendencialmente média. A fração da área ocupada por ZIFs é elevada (94,7%). A composição dos povoamentos florestais é apresentada na Tabela 9.

O risco de erosão hídrica médio e elevado ocorre em 18% do território da SRH. A fração do território da SRH com perigosidade elevada e muito elevada de incêndio florestal é de 83,2%.

2.5.2 316J07-Alto Mondego

As três funções principais desta SRH são (sem diferença de prioridade entre si): Produção, Proteção e Silvopastorícia, Caça e Pesca.

A SRH tem aptidão regular a boa para a produção de eucalipto em 100% e para o pinheiro-bravo em 92,4% da sua superfície. Os espaços florestais, a área florestal arborizada, o mato e as pastagens ocupam respetivamente 59%, 18%, 28% e 13% da superfície da SRH. A produtividade cinegética é tendencialmente média. A fração da área ocupada por ZIFs é elevada (67,8%). A composição dos povoamentos florestais é apresentada na Tabela 9.

O risco de erosão hídrica médio e elevado ocorre em 2% do território da SRH. A fração do território da SRH com perigosidade elevada e muito elevada de incêndio florestal é de 65%.

2.5.3 316J04-Cova da Beira

As três funções principais desta SRH são (sem diferença de prioridade entre si): Produção, Proteção e Silvopastorícia, Caça e Pesca.

A SRH tem aptidão regular a boa para a produção de eucalipto e sobreiro respetivamente em 99% e 93% da sua superfície. Os espaços florestais, a área florestal arborizada, o mato e as pastagens ocupam respetivamente 85%, 41%, 40% e 4% da superfície da SRH. A produtividade cinegética é tendencialmente média. A fração da área ocupada por ZIFs é de 5,4%. A produtividade cinegética é tendencialmente média. A composição dos povoamentos florestais é apresentada na Tabela 9.

O risco de erosão hídrica médio e elevado ocorre em 20% do território da SRH. A fração do território da SRH com perigosidade elevada e muito elevada de incêndio florestal é de 81,4%.

2.5.4 316J06-Douro e Coa

As três funções principais desta SRH são (sem diferença de prioridade entre si): Conservação, Proteção e Silvopastorícia, Caça e Pesca.

A Rede Natura 2000 está presente em 36,3% % do território da SRH (Parque Natural do Douro Internacional e PTCON0022 – Douro Internacional; PTZPE0039 – Vale do Côa). A SRH tem aptidão regular a boa para a produção sobreiro em 52% da sua superfície, contudo apenas 0,5% da superfície da SRH é ocupada por povoamentos de sobreiro, pelo que não se considera adequada a atribuição da função “Produção” com base nesta espécie. Os espaços florestais, a área florestal arborizada, o mato e as pastagens ocupam respetivamente 56%, 6%, 22% e 27% da superfície da SRH. A produtividade cinegética é tendencialmente média. A fração da área ocupada por ZIFs é 5,3%. A composição dos povoamentos florestais é apresentada na Tabela 9.

O risco de erosão hídrica médio e elevado não tem representação no território da SRH. A fração do território da SRH com perigosidade elevada e muito elevada de incêndio florestal é de 72,2%.

2.5.5 316J02-Estrela

As três funções principais desta SRH são (sem diferença de prioridade entre si): Conservação, Recreio e Silvopastorícia, Caça e Pesca.

A Rede Natura 2000 está presente em 68,2% % do território da SRH (PTCON0014 – Serra da Estrela/Parque Natural da Serra da Estrela e PTCON0051– Complexo do Açor). A SRH tem aptidão regular a boa para a produção de eucalipto e sobreiro respetivamente em 90% e 74% da sua superfície, contudo apenas 0,3% e 0,2%, respetivamente, da superfície da SRH é ocupada por povoamentos de eucalipto e sobreiro, pelo que não se considera adequada a atribuição da função “Produção” com base nestas espécies. Os espaços florestais, a área florestal arborizada, o mato e as pastagens ocupam respetivamente 82%, 22%, 49% e 11% da superfície da SRH. A produtividade cinegética é tendencialmente média. A fração da área ocupada por ZIFs é 14,8%. A composição dos povoamentos florestais é apresentada na Tabela 9.

O risco de erosão hídrica médio e elevado é de 29% no território da SRH. A fração do território da SRH com perigosidade elevada e muito elevada de incêndio florestal é de 82,2%.

2.5.6 316I11-Floresta do Interior

As três funções principais desta SRH são (sem diferença de prioridade entre si): Produção, Proteção e Silvopastorícia, Caça e Pesca.

A SRH tem aptidão regular a boa para a produção de eucalipto e pinheiro-bravo respetivamente em 99,8% e 100% da sua superfície. Os espaços florestais, a área florestal arborizada, o mato e as pastagens ocupam respetivamente 76%, 30%, 32% e 14% da superfície da SRH. A produtividade cinegética é tendencialmente média. A fração da área ocupada por ZIFs é de 18,6%. A produtividade cinegética é tendencialmente média. A composição dos povoamentos florestais é apresentada na Tabela 9.

O risco de erosão hídrica médio e elevado ocorre em 4% do território da SRH. A fração do território da SRH com perigosidade elevada e muito elevada de incêndio florestal é de 64%.

2.5.7 316J01-Gardunha

As três funções principais desta SRH são (sem diferença de prioridade entre si): Conservação, Proteção e Silvopastorícia, Caça e Pesca.

A Rede Natura 2000 está presente em 96% do território da SRH (PTCON0028 – Gardunha). A Rede Nacional de Áreas Protegidas ocupa 100% do território da SRH (Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha). A SRH tem aptidão regular a boa para a produção de eucalipto e pinheiro-bravo respetivamente em 98% e 100% da sua superfície, o que atribui a função “Produção” segundo a regra aplicada. Contudo, a consideração do risco de erosão elevado justifica, de acordo com a equipa de projeto e por indicação do ICNF, a consideração da função de Proteção. Os espaços florestais, a área florestal arborizada, o mato e as pastagens ocupam respetivamente 83%, 23%, 58% e 2% da superfície da SRH. A produtividade cinegética é tendencialmente média. A fração da área ocupada por ZIFs é nula. A composição dos povoamentos florestais é apresentada na Tabela 9.

O risco de erosão hídrica médio e elevado ocorre em 21% do território da SRH. A fração do território da SRH com perigosidade elevada e muito elevada de incêndio florestal é de 82,8%.

2.5.8 316I09-Malcata

As três funções principais desta SRH são (sem diferença de prioridade entre si): Conservação, Produção e Recreio.

A Rede Natura 2000 está presente em 97% do território da SRH (PTCON0004 – Malcata; PTZPE0007 – Serra da Malcata, parcialmente sobrepostas pelo território da Reserva Natural da Serra da Malcata da Rede Nacional de Áreas Protegidas). A SRH tem aptidão regular a boa para a produção de eucalipto e sobreiro respetivamente em 82% e 78% da sua superfície. Os espaços florestais, a área florestal arborizada, o mato e as pastagens ocupam respetivamente 93%, 58%, 23% e 12% da superfície da SRH. A produtividade cinegética é tendencialmente média. A fração da área ocupada por ZIFs é 12,3%. A composição dos povoamentos florestais é apresentada na Tabela 9.

O risco de erosão hídrica médio e elevado ocorre em 11% do território da SRH. A fração do território da SRH com perigosidade elevada e muito elevada de incêndio florestal é de 83,6%.

2.5.9 316J08-Raia Norte

As três funções principais desta SRH são (sem diferença de prioridade entre si): Produção, Proteção e Silvopastorícia, Caça e Pesca.

A SRH tem aptidão regular a boa para a produção de eucalipto em 79% e para o pinheiro-bravo em 80 % da sua superfície. Os espaços florestais, a área florestal arborizada, o mato e as pastagens ocupam respetivamente 67%, 13%, 24% e 29% da superfície da SRH. A fração da área ocupada por ZIFs é de 8,4%. A produtividade cinegética é tendencialmente média. A composição dos povoamentos florestais é apresentada na Tabela 9.

O risco de erosão hídrica médio e elevado ocorre em 2% do território da SRH. A fração do território da SRH com perigosidade elevada e muito elevada de incêndio florestal é de 66,7%.

2.5.10 316I12-Raia Sul

As três funções principais desta SRH são (sem diferença de prioridade entre si): Produção, Proteção e Silvopastorícia, Caça e Pesca.

A SRH tem aptidão regular a boa para a produção de eucalipto em 89% e para o pinheiro-bravo em 98 % da sua superfície. Os espaços florestais, a área florestal arborizada, o mato e as pastagens ocupam respetivamente 77%, 33%, 13% e 32% da superfície da SRH. A fração da área ocupada por ZIFs é de 28,9%. A produtividade cinegética é tendencialmente média. A composição dos povoamentos florestais é apresentada na Tabela 9.

O risco de erosão hídrica médio e elevado ocorre em 1% do território da SRH. A fração do território da SRH com perigosidade elevada e muito elevada de incêndio florestal é de 52,1%.

2.5.11 316I10-Tejo Internacional

As três funções principais desta SRH são (sem diferença de prioridade entre si): Conservação, Proteção e Silvopastorícia, Caça e Pesca.

O Parque Natural do Tejo Internacional ocupa 94 % do território da SRH. A Rede Natura 2000 está presente em 81,3% do território da SRH (PTZPE0042 – Tejo Internacional Erges e Ponsul). A SRH tem aptidão regular a boa para a produção de eucalipto e pinheiro-bravo respetivamente em 74% e 82% da sua superfície. O sobreiro tem aptidão regular a boa em 74% da superfície da SRH, contudo apenas 1,6 % da superfície da SRH é ocupada por povoamentos de sobreiro. A importância das funções de proteção e silvopastorícia, caça e

pesca na conservação dos valores naturais em presença é muito elavada pelo que se considerou a atribuição destas funções em detrimento da função “Produção”.

Os espaços florestais, a área florestal arborizada, o mato e as pastagens ocupam respetivamente 91%, 39%, 27% e 24% da superfície da SRH. A produtividade cinegética é tendencialmente média. A fração da área ocupada por ZIFs é 38,1%. A composição dos povoamentos florestais é apresentada na Tabela 9.

O risco de erosão hídrica médio e elevado ocorre em 3% do território da SRH. A fração do território da SRH com perigosidade elevada e muito elevada de incêndio florestal é de 79,1%.

2.5.12 316J05-Torre

As três funções principais desta SRH são (sem diferença de prioridade entre si): Conservação, Proteção e Silvopastorícia, Caça e Pesca.

O Parque Natural da Serra da Estrela ocupa 100% do território da SRH, com território sobreposto à Rede Natura 2000 (PTZPE0014 – Serra da Estrela). A SRH tem aptidão regular a boa para a produção de eucalipto em 78% da sua superfície, não existindo, contudo, ocupação com eucalipto nesta SRH, pelo que se considerou a não atribuição da função Produção.

Os espaços florestais, a área florestal arborizada, o mato e as pastagens ocupam respetivamente 55%, 6%, 43% e 6% da superfície da SRH. A produtividade cinegética tendencialmente média. A fração da área ocupada por ZIFs é 1,7%. A composição dos povoamentos florestais é apresentada na Tabela 9.

O risco de erosão hídrica médio e elevado ocorre em 38% do território da SRH. A fração da perigosidade elevada e muito elevada de incêndio florestal é de 97,4%.

Tabela 9 – Usos e ocupação do solo por Sub-região homogénea. Fonte: ICNF-IFN6

CÓDIGO SRH	SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA	USOS E OCUPAÇÃO DO SOLO		ÁREA (HA)	% NA SUPERFÍCIE DA SRH	SÉRIES DE VEGETAÇÃO
316J03	Alto Alva	Ocupação do Solo	Acácias	50	0,6%	A; J; K; O
			Castanheiro	25	0,3%	
			Eucaliptos	25	0,3%	
			Improdutivos	50	0,6%	
			Mato	2150	27,9%	
			Matos altos	175	2,3%	
			Matos ardidos	100	1,3%	

CÓDIGO SRH	SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA	USOS E OCUPAÇÃO DO SOLO		ÁREA (HA)	% NA SUPERFÍCIE DA SRH	SÉRIES DE VEGETAÇÃO
			Misto de permanentes	25	0,3%	
			Olival	175	2,3%	
			Outras folhosas	550	7,1%	
			Pastagem sequeiro	275	3,6%	
			Pinheiro-bravo	2800	36,4%	
			Pomar	50	0,6%	
			Povoamentos ardidos	25	0,3%	
			Temporária de regadio	550	7,1%	
			Temporária de sequeiro	250	3,2%	
			Urbano	200	2,6%	
			Vinha	100	1,3%	
		Uso do solo	Floresta	3475	45,1%	
			Matos e pastagens	2700	35,1%	
			Agricultura	1150	14,9%	
			Águas interiores e zonas húmidas	0	0,0%	
			Improdutivos	50	0,6%	
			Urbano	200	2,6%	
316J07	Alto Mondego	Ocupação do solo	Águas interiores e zonas húmidas	150	0,4%	Mosaio de J e K; A e K
			Carvalhos	75	0,2%	
			Castanheiro	25	0,1%	
			Eucaliptos	375	1,0%	
			Improdutivos	2500	6,5%	
			Mato	6500	16,8%	
			Matos altos	650	1,7%	
			Matos ardidos	3525	9,1%	

CÓDIGO SRH	SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA	USOS E OCUPAÇÃO DO SOLO		ÁREA (HA)	% NA SUPERFÍCIE DA SRH	SÉRIES DE VEGETAÇÃO
			Misto de permanentes	200	0,5%	
			Olival	2200	5,7%	
			Outras folhosas	950	2,5%	
			Outras resinosas	325	0,8%	
			Pastagem regadio	1050	2,7%	
			Pastagem sequeiro	3950	10,2%	
			Pinheiro-bravo	5075	13,1%	
			Pinheiro-manso	125	0,3%	
			Pomar	1275	3,3%	
			Povoamentos ardidos	75	0,2%	
			Temporária de regadio	3425	8,9%	
			Temporária de sequeiro	3175	8,2%	
			Urbano	1975	5,1%	
			Vinha	1050	2,7%	
			Uso do Solo	Floresta	7025	
		Matos e pastagens		15675	40,5%	
		Agricultura		11325	29,3%	
		Águas interiores e zonas húmidas		150	0,4%	
		Improdutivos		2500	6,5%	
		Urbano		1975	5,1%	
316J04	Cova da Beira		Águas interiores e zonas húmidas	300	0,8%	A; G; C
			Acácias	25	0,1%	
			Carvalhos	25	0,1%	
			Castanheiro	25	0,1%	

CÓDIGO SRH	SUB-REGIÃO HOMOGÊNEA	USOS E OCUPAÇÃO DO SOLO		ÁREA (HA)	% NA SUPERFÍCIE DA SRH	SÉRIES DE VEGETAÇÃO
		Ocupação do Solo	Cortes únicos	25	0,1%	
			Eucaliptos	2450	6,6%	
			Improdutivos	200	0,5%	
			Mato	14025	37,9%	
			Matos altos	750	2,0%	
			Matos ardidos	25	0,1%	
			Misto de permanentes	100	0,3%	
			Olival	1325	3,6%	
			Outras folhosas	275	0,7%	
			Outras resinosas	650	1,8%	
			Pastagem regadio	25	0,1%	
			Pastagem sequeiro	1375	3,7%	
			Pinheiro-bravo	11750	31,8%	
			Pomar	350	0,9%	
			Sobreiro	25	0,1%	
			Temporária de regadio	1025	2,8%	
			Temporária de sequeiro	1450	3,9%	
			Urbano	675	1,8%	
			Vinha	75	0,2%	
		Uso do Solo	Floresta	15250	41,2%	
			Matos e pastagens	16200	43,8%	
			Agricultura	4325	11,7%	
			Águas interiores e zonas húmidas	300	0,8%	
			Improdutivos	200	0,5%	
			Urbano	675	1,8%	

CÓDIGO SRH	SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA	USOS E OCUPAÇÃO DO SOLO		ÁREA (HA)	% NA SUPERFÍCIE DA SRH	SÉRIES DE VEGETAÇÃO
316J06	Douro e Coa	Ocupação do Solo	Águas interiores e zonas húmidas	500	0,6%	Mosaico de A e K; A; B; D; E
			Azinheira	175	0,2%	
			Carvalhos	675	0,8%	
			Castanheiro	475	0,5%	
			Eucaliptos	825	0,9%	
			Improdutivos	9425	10,5%	
			Mato	17675	19,7%	
			Matos altos	375	0,4%	
			Matos ardidos	1500	1,7%	
			Misto de permanentes	375	0,4%	
			Olival	8050	9,0%	
			Outras folhosas	675	0,8%	
			Outras resinosas	925	1,0%	
			Pastagem regadio	125	0,1%	
			Pastagem sequeiro	24425	27,3%	
			Pinheiro-bravo	1375	1,5%	
			Pomar	300	0,3%	
			Povoamentos ardidos	25	0,0%	
			Sobreiro	450	0,5%	
			Temporária de regadio	1950	2,2%	
			Temporária de sequeiro	12975	14,5%	
			Urbano	875	1,0%	
			Vinha	5325	5,9%	
		Uso do Solo	Floresta	5600	6,3%	
			Matos e pastagens	44100	49,3%	
			Agricultura	28975	32,4%	

CÓDIGO SRH	SUB-REGIÃO HOMOGÊNEA	USOS E OCUPAÇÃO DO SOLO		ÁREA (HA)	% NA SUPERFÍCIE DA SRH	SÉRIES DE VEGETAÇÃO
			Águas interiores e zonas húmidas	500	0,6%	
			Improdutivos	9425	10,5%	
			Urbano	875	1,0%	
316J02	Estrela	Ocupação do Solo	Águas interiores e zonas húmidas	475	0,6%	A; C; K; L
			Acácias	75	0,1%	
			Carvalhos	375	0,4%	
			Castanheiro	400	0,5%	
			Eucaliptos	225	0,3%	
			Improdutivos	2575	3,0%	
			Mato	36800	42,6%	
			Matos altos	2875	3,3%	
			Matos ardidos	2625	3,0%	
			Misto de permanentes	150	0,2%	
			Olival	1150	1,3%	
			Outras folhosas	2800	3,2%	
			Outras resinosas	3950	4,6%	
			Pastagem regadio	800	0,9%	
			Pastagem sequeiro	8825	10,2%	
			Pinheiro-bravo	10625	12,3%	
			Pinheiro-manso	25	0,0%	
			Pomar	700	0,8%	
			Povoamentos ardidos	125	0,1%	
			Sobreiro	175	0,2%	
			Temporária de regadio	1275	1,5%	

CÓDIGO SRH	SUB-REGIÃO HOMOGÊNEA	USOS E OCUPAÇÃO DO SOLO		ÁREA (HA)	% NA SUPERFÍCIE DA SRH	SÉRIES DE VEGETAÇÃO
			Temporária de sequeiro	6500	7,5%	
			Urbano	2200	2,5%	
			Vinha	400	0,5%	
		Uso do Solo	Floresta	18775	21,8%	
			Matos e pastagens	51925	60,2%	
			Agricultura	10175	11,8%	
			Águas interiores e zonas húmidas	475	0,6%	
			Improdutivos	2575	3,0%	
			Urbano	2200	2,5%	
316I11	Floresta do Interior	Ocupação do Solo	Águas interiores e zonas húmidas	1350	1,2%	Mosaico de A e G; D; G; I
			Azinheira	775	0,7%	
			Carvalhos	25	0,0%	
			Cortes únicos	175	0,1%	
			Eucaliptos	11750	10,0%	
			Improdutivos	575	0,5%	
			Mato	37000	31,5%	
			Matos altos	475	0,4%	
			Matos ardidos	50	0,0%	
			Misto de permanentes	600	0,5%	
			Olival	10400	8,9%	
			Outras folhosas	550	0,5%	
			Outras resinosas	325	0,3%	
			Pastagem regadio	1575	1,3%	
			Pastagem sequeiro	14250	12,1%	
			Pinheiro-bravo	20925	17,8%	

CÓDIGO SRH	SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA	USOS E OCUPAÇÃO DO SOLO		ÁREA (HA)	% NA SUPERFÍCIE DA SRH	SÉRIES DE VEGETAÇÃO
			Pinheiro-manso	25	0,0%	
			Pomar	700	0,6%	
			Povoamentos ardidos	25	0,0%	
			Sobreiro	800	0,7%	
			Temporária de regadio	4650	4,0%	
			Temporária de sequeiro	6075	5,2%	
			Urbano	3125	2,7%	
			Vinha	800	0,7%	
		Uso do Solo	Floresta	35375	30,2%	
			Matos e pastagens	53350	45,5%	
			Agricultura	23225	19,8%	
			Águas interiores e zonas húmidas	1350	1,2%	
			Improdutivos	575	0,5%	
			Urbano	3125	2,7%	
316J01	Gardunha	Ocupação do Solo	Eucaliptos	175	2,8%	A; C
			Improdutivos	150	2,4%	
			Mato	3475	56,5%	
			Matos altos	50	0,8%	
			Olival	50	0,8%	
			Outras folhosas	275	4,5%	
			Outras resinosas	100	1,6%	
			Pastagem sequeiro	100	1,6%	
			Pinheiro-bravo	850	13,8%	
			Pomar	625	10,2%	
			Temporária de regadio	25	0,4%	

CÓDIGO SRH	SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA	USOS E OCUPAÇÃO DO SOLO		ÁREA (HA)	% NA SUPERFÍCIE DA SRH	SÉRIES DE VEGETAÇÃO
			Temporária de sequeiro	175	2,8%	
			Urbano	25	0,4%	
		Uso do Solo	Floresta	1400	22,8%	
			Matos e pastagens	3625	58,9%	
			Agricultura	875	14,2%	
			Águas interiores e	0	0,0%	
			Improdutivos	150	2,4%	
			Urbano	25	0,4%	
316109	Malcata	Ocupação do Solo	Águas interiores e zonas húmidas	725	2,9%	B; C; G
			Carvalhos	1275	5,0%	
			Castanheiro	75	0,3%	
			Cortes únicos	25	0,1%	
			Eucaliptos	3000	11,9%	
			Improdutivos	75	0,3%	
			Mato	5300	21,0%	
			Matos altos	450	1,8%	
			Olival	450	1,8%	
			Outras folhosas	575	2,3%	
			Outras resinosas	4875	19,3%	
			Pastagem regadio	275	1,1%	
			Pastagem sequeiro	2875	11,4%	
			Pinheiro-bravo	3275	13,0%	
			Pinheiro-manso	125	0,5%	
			Pomar	25	0,1%	
			Sobreiro	1500	5,9%	
			Temporária de regadio	75	0,3%	

CÓDIGO SRH	SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA	USOS E OCUPAÇÃO DO SOLO		ÁREA (HA)	% NA SUPERFÍCIE DA SRH	SÉRIES DE VEGETAÇÃO
			Temporária de sequeiro	400	1,6%	
		Uso do Solo	Floresta	14725	58,3%	
			Matos e pastagens	8900	35,2%	
			Agricultura	950	3,8%	
			Águas interiores e	725	2,9%	
			Improdutivos	75	0,3%	
			Urbano	0	0,0%	
316J08	Raia Norte	Ocupação do Solo	Águas interiores e zonas húmidas	1600	0,5%	Mosaico de A e G; A; B; D
			Acácias	850	0,2%	
			Azinhaira	200	0,1%	
			Carvalhos	4650	1,4%	
			Castanheiro	2675	0,8%	
			Eucaliptos	2800	0,8%	
			Improdutivos	15875	4,7%	
			Mato	71300	20,9%	
			Matos altos	1925	0,6%	
			Matos ardidos	9325	2,7%	
			Misto de permanentes	950	0,3%	
			Olival	8750	2,6%	
			Outras folhosas	6675	2,0%	
			Outras resinosas	4475	1,3%	
			Pastagem regadio	1550	0,5%	
			Pastagem sequeiro	97150	28,5%	
			Pinheiro-bravo	20300	6,0%	
			Pinheiro-manso	225	0,1%	

CÓDIGO SRH	SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA	USOS E OCUPAÇÃO DO SOLO		ÁREA (HA)	% NA SUPERFÍCIE DA SRH	SÉRIES DE VEGETAÇÃO
			Pomar	4625	1,4%	
			Sobreiro	2825	0,8%	
			Temporária de regadio	12075	3,5%	
			Temporária de sequeiro	52425	15,4%	
			Urbano	7200	2,1%	
			Vinha	9375	2,8%	
		Uso do Solo	Floresta	45675	13,4%	
			Matos e pastagens	181250	53,2%	
			Agricultura	88200	25,9%	
			Águas interiores e zonas húmidas	1600	0,5%	
			Improdutivos	15875	4,7%	
			Urbano	7200	2,1%	
316I12	Raia Sul	Ocupação do Solo	Águas interiores e zonas húmidas	2650	1,3%	Mosaico de A e G; G; H; I
			Alfarrobeira	25	0,0%	
			Azinhreira	9800	4,7%	
			Carvalhos	800	0,4%	
			Castanheiro	25	0,0%	
			Eucaliptos	25575	12,1%	
			Improdutivos	825	0,4%	
			Mato	25750	12,2%	
			Matos altos	775	0,4%	
			Matos ardidos	75	0,0%	
			Misto de permanentes	200	0,1%	
			Olival	18850	8,9%	
			Outras folhosas	300	0,1%	

CÓDIGO SRH	SUB-REGIÃO HOMOGÊNEA	USOS E OCUPAÇÃO DO SOLO		ÁREA (HA)	% NA SUPERFÍCIE DA SRH	SÉRIES DE VEGETAÇÃO
			Outras resinosas	1950	0,9%	
			Pastagem regadio	3525	1,7%	
			Pastagem sequeiro	63750	30,3%	
			Pinheiro-bravo	12450	5,9%	
			Pinheiro-manso	75	0,0%	
			Pomar	275	0,1%	
			Sobreiro	17850	8,5%	
			Temporária de regadio	8100	3,8%	
			Temporária de sequeiro	14825	7,0%	
			Urbano	1650	0,8%	
			Vinha	200	0,1%	
		Uso do Solo	Floresta	68850	32,7%	
			Matos e pastagens	93875	44,6%	
			Agricultura	42450	20,2%	
			Águas interiores e zonas húmidas	2650	1,3%	
			Improdutivos	825	0,4%	
			Urbano	1650	0,8%	
316I10	Tejo Internacional	Ocupação do Solo	Águas interiores e zonas húmidas	700	2,6%	G; H; I
			Azinheira	3100	11,5%	
			Eucaliptos	5475	20,2%	
			Improdutivos	25	0,1%	
			Mato	7125	26,3%	
			Matos altos	75	0,3%	
			Olival	1300	4,8%	
			Outras folhosas	25	0,1%	

CÓDIGO SRH	SUB-REGIÃO HOMOGÊNEA	USOS E OCUPAÇÃO DO SOLO		ÁREA (HA)	% NA SUPERFÍCIE DA SRH	SÉRIES DE VEGETAÇÃO
			Pastagem regadio	25	0,1%	
			Pastagem sequeiro	6500	24,0%	
			Pinheiro-bravo	1400	5,2%	
			Sobreiro	450	1,7%	
			Temporária de sequeiro	475	1,8%	
			Urbano	25	0,1%	
		Uso do Solo	Floresta	10450	38,6%	
			Matos e pastagens	13725	50,7%	
			Agricultura	1775	6,6%	
			Águas interiores e zonas húmidas	700	2,6%	
			Improdutivos	25	0,1%	
			Urbano	25	0,1%	
316J05	Torre	Ocupação do Solo	Águas interiores e zonas húmidas	200	1,0%	C; L; M
			Improdutivos	9250	44,2%	
			Mato	6975	33,3%	
			Matos altos	825	3,9%	
			Matos ardidos	1150	5,5%	
			Outras folhosas	175	0,8%	
			Outras resinosas	250	1,2%	
			Pastagem regadio	25	0,1%	
			Pastagem sequeiro	1250	6,0%	
			Pinheiro-bravo	800	3,8%	
			Temporária de regadio	25	0,1%	
			Temporária de sequeiro	50	0,2%	

CÓDIGO SRH	SUB-REGIÃO HOMOGÊNEA	USOS E OCUPAÇÃO DO SOLO		ÁREA (HA)	% NA SUPERFÍCIE DA SRH	SÉRIES DE VEGETAÇÃO
			Urbano	25	0,1%	
		Uso do Solo	Floresta	1225	5,9%	
			Matos e pastagens	10225	48,8%	
			Agricultura	75	0,4%	
			Águas interiores e zonas húmidas	200	1,0%	
			Improdutivos	9250	44,2%	
			Urbano	25	0,1%	

Tabela 10 – Séries de Vegetação no PROF Centro Interior

SÉRIE	DESIGNAÇÃO
A	<i>Arbutus unedo</i> - <i>Quercus pyrenaica</i> sigmetum
B	<i>Genista falcata</i> - <i>Quercus pyrenaica</i> sigmetum
C	<i>Holcus mollis</i> - <i>Quercus pyrenaica</i> sigmetum
D	<i>Genista hystrix</i> - <i>Quercus rotundifolia</i> sigmetum
E	<i>Juniperus lagunae</i> - <i>Quercus suber</i> sigmetum e <i>Ruscus aculeatus</i> - <i>Juniperus lagunae</i> sigmetum
F	<i>Physospermum cornubiensis</i> - <i>Quercus suber</i> sigmetum
G	<i>Sanguisorbo agrimonoides</i> - <i>Quercus suber</i> sigmetum
H	<i>Pyro bourgaeana</i> - <i>Quercus rotundifolia</i> sigmetum
I	<i>Smilax aspera</i> - <i>Quercus suber</i> sigmetum
J	<i>Asparagus aphyllus</i> - <i>Quercus suber</i> sigmetum
K	<i>Viburnum tinnus</i> - <i>Quercus robur</i> sigmetum
L	<i>Saxifraga spathularis</i> - <i>Betula celtiberica</i> sigmetum
M	<i>Lycopodium clavatum</i> - <i>Juniperus alpina</i> sigmetum
N	Geosséries ripícolas

Completa-se a caracterização das sub-regiões homogêneas através do conjunto de variáveis indicadas na Tabela 12 descritas na Tabela 11.

Tabela 11 – Variáveis de caracterização das sub-regiões homogêneas

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
Sup_ha	Superfície da sub-região proposta
Sup_Ec_ha	Superfície de eucalipto (IFN 6) (ha)
%Sup_Ec/ZH	% da superfície de eucalipto (IFN 6)
Sup_Pb_ha	Superfície de pinheiro-bravo (IFN 6) (ha)
%Sup_Pb/ZH	% da superfície de pinheiro-bravo (IFN 6)
%PP_Ec_elev	% da superfície da SRH com IQE>22
%Sup_Ec_P_baixa	% da superfície da SRH com IQE<=18
%PP_Pb_elev	% da superfície da SRH com IQE>22
%Sup_Pb_PP_baixa	% da superfície da SRH com IQE<=18
%SNAPOC	% da superfície em RN 2000 ou área protegida
%Bacia_alb_ap	% da superfície incluída em bacia de albufeiras de águas públicas
%EE_med_elev	% da superfície com risco de erosão hídrica médio e elevado
%_desert	% da superfície incluída em zona suscetível á desertificação
%sup_ZC	% da superfície ocupada por zonas de caça
Prod_cineg	Produtividade cinegética (min=1, max=3)
%perig_alta_mtalta	% da superfície incluída com perigosidade de incêndio florestal (2015) alta ou muito alta
%flor_gest_publica	% áreas em Regime Florestal com gestão pública
%su_ZIF	% da superfície incluída em ZIF

Tabela 12 – Caracterização das sub-regiões homogéneas

Id_SRH	SRH	Sup_ha	Sup_Ec_ha	%Sup_Ec/ZH	Sup_Pb_ha	%Sup_Pb/ZH	%PP_Ec_elev	%Sup_Ec_P_baixa	%PP_Pb_elev	%Sup_Pb_PP_baixa	%SNAPOC	%Bacia_alb_ap	%EE_med_elev	%_desert	%sup_ZC	Prod_cineg	%perig_alta_mtalta	%flor_gest_publica	%su_ZIF
316J03	Alto Alva	7684,85771	25	0,33%	2800	36,44%	82,3%	8,1%	13%	81%	84,9%	100,0%	18%	0,0%	34,0%	2,0	83,2%	5,3%	94,7%
316J07	Alto Mondego	38583,8613	375	0,97%	5075	13,15%	71,3%	8,0%	36%	14%	8,6%	100,0%	2%	1,4%	94,3%	2,0	65,0%	0,0%	67,8%
316J04	Cova da Beira	36889,5153	2450	6,64%	11750	31,85%	72,5%	17,4%	0%	66%	3,9%	100,0%	20%	0,0%	100,0%	2,0	81,4%	2,1%	5,4%
316J06	Douro e Coa	89346,9927	825	0,92%	1375	1,54%	0,6%	62,1%	0%	56%	78,6%	100,0%	0%	100,0%	80,7%	2,0	72,2%	0,0%	5,3%
316J02	Estrela	86125,0322	225	0,26%	10625	12,34%	14,9%	76,0%	0%	79%	71,2%	100,0%	29%	3,6%	65,2%	2,1	87,2%	27,1%	14,8%
316I11	Floresta do Interior	117028,229	11750	10,04%	20925	17,88%	4,4%	26,3%	32%	5%	1,6%	100,0%	4%	75,5%	80,7%	2,2	64,0%	0,1%	18,6%
316J01	Gardunha	6138,43994	175	2,85%	850	13,85%	0,0%	83,9%	30%	11%	99,7%	100,0%	21%	0,0%	100,0%	2,0	82,8%	7,3%	0,0%
316I09	Malcata	25220,051	3000	11,90%	3275	12,99%	0,0%	60,7%	0%	84%	96,9%	100,0%	11%	21,0%	63,9%	2,0	83,6%	8,3%	2,3%
316J08	Raia Norte	340218,128	2800	0,82%	20300	5,97%	6,9%	65,0%	13%	30%	17,3%	100,0%	2%	48,3%	80,1%	2,0	66,7%	0,7%	8,4%
316I12	Raia Sul	210175,023	25575	12,17%	12450	5,92%	0,0%	79,2%	17%	48%	2,8%	100,0%	1%	93,4%	83,5%	2,0	52,1%	0,0%	28,9%
316I10	Tejo Internacional	27007,1877	5475	20,27%	1400	5,18%	0,0%	98,6%	1%	81%	94,0%	100,0%	3%	100,0%	100,0%	2,0	79,1%	0,0%	38,1%
316J05	Torre	20892,0203	0	0,00%	800	3,83%	0,0%	100%	0%	100%	100,0%	100,0%	38%	0,0%	0,0%	2,2	97,4%	94,2%	1,7%

Tabela 13 - Povoamentos Florestais por espécie e composição e sub-região homogénea. Fonte: ICNF-IFN6

ID_SRH	SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA	OCUPAÇÃO	PUROS	ÁREA (HA)
316J03	Alto Alva	Pinheiro-bravo	Misto	675
		Eucaliptos	Puro	25
		Castanheiro	Misto	25
		Acácias	Puro	50
		Pinheiro-bravo	Puro	2125
		Povoamentos ardidos	Misto	25
		Outras folhosas	Puro	425
			Misto	125
316J07	Alto Mondego	Outras resinosas	Puro	325
		Carvalhos	Misto	25
		Povoamentos ardidos	Misto	75
		Pinheiro-bravo	Misto	1300
		Outras folhosas	Puro	850
			Misto	100
		Eucaliptos	Puro	225
			Misto	150
		Castanheiro	Puro	25
		Carvalhos	Puro	50
		Pinheiro-bravo	Puro	3775
		Pinheiro-manso	Puro	125
316J04	Cova da Beira	Outras folhosas	Puro	250
		Cortes únicos	Misto	25
		Eucaliptos	Misto	250
		Outras folhosas	Misto	25
		Acácias	Puro	25
		Outras resinosas	Misto	25
			Puro	625

ID_SRH	SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA	OCUPAÇÃO	PUROS	ÁREA (HA)
		Pinheiro-bravo	Misto	1775
			Puro	9975
		Sobreiro	Puro	25
		Castanheiro	Puro	25
		Carvalhos	Puro	25
		Eucaliptos	Puro	2200
316J06	Douro e Coa	Eucaliptos	Puro	725
		Azinheira	Misto	125
			Puro	50
		Carvalhos	Misto	75
			Puro	600
		Castanheiro	Puro	475
		Eucaliptos	Misto	100
		Sobreiro	Puro	325
		Outras folhosas	Puro	525
		Outras resinosas	Misto	100
			Puro	825
		Pinheiro-bravo	Misto	125
			Puro	1250
		Povoamentos ardidos	Misto	25
		Sobreiro	Misto	125
		Outras folhosas	Misto	150
316J02	Estrela	Castanheiro	Puro	275
			Misto	125
		Carvalhos	Puro	100
		Eucaliptos	Misto	50
		Acácias	Puro	75
		Pinheiro-bravo	Puro	8750
		Carvalhos	Misto	275

ID_SRH	SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA	OCUPAÇÃO	PUROS	ÁREA (HA)
		Eucaliptos	Puro	175
		Outras folhosas	Misto	900
			Puro	1900
		Outras resinosas	Puro	3450
		Povoamentos ardidos	Misto	125
		Sobreiro	Puro	175
		Pinheiro-manso	Misto	25
		Outras resinosas	Misto	500
		Pinheiro-bravo	Misto	1875
316I11	Floresta do Interior	Outras folhosas	Puro	375
		Azinheira	Misto	75
			Puro	700
		Carvalhos	Puro	25
		Cortes únicos	Misto	175
		Eucaliptos	Puro	9700
		Outras folhosas	Misto	175
		Sobreiro	Puro	775
			Misto	25
		Povoamentos ardidos	Misto	25
		Pinheiro-manso	Misto	25
		Pinheiro-bravo	Puro	17050
			Misto	3875
		Outras resinosas	Puro	250
			Misto	75
		Eucaliptos	Misto	2050
316J01	Gardunha	Outras resinosas	Puro	50
		Pinheiro-bravo	Puro	675
		Eucaliptos	Puro	175
		Outras resinosas	Misto	50

ID_SRH	SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA	OCUPAÇÃO	PUROS	ÁREA (HA)
		Pinheiro-bravo	Misto	175
		Outras folhosas	Puro	275
316I09	Malcata	Pinheiro-manso	Puro	75
		Carvalhos	Puro	1075
		Castanheiro	Puro	75
		Cortes únicos	Misto	25
		Eucaliptos	Misto	100
			Puro	2900
		Carvalhos	Misto	200
		Sobreiro	Misto	75
		Pinheiro-manso	Misto	50
		Pinheiro-bravo	Puro	2950
			Misto	325
		Outras resinosas	Puro	4475
			Misto	400
		Outras folhosas	Puro	525
			Misto	50
		Sobreiro	Puro	1425
316J08	Raia Norte	Sobreiro	Puro	2725
		Pinheiro-bravo	Puro	16700
			Misto	25
		Pinheiro-manso	Puro	200
		Sobreiro	Misto	100
		Outras resinosas	Puro	3875
		Acácias	Misto	200
			Puro	650
		Azinheira	Misto	50
			Puro	150
		Carvalhos	Misto	1425

ID_SRH	SUB-REGIÃO HOMOGÊNEA	OCUPAÇÃO	PUROS	ÁREA (HA)
		Castanheiro	Misto	175
			Puro	2500
		Outras resinosas	Misto	600
		Eucaliptos	Misto	250
		Outras folhosas	Puro	5700
		Pinheiro-bravo	Misto	3600
		Outras folhosas	Misto	975
		Eucaliptos	Puro	2550
		Carvalhos	Puro	3225
316112	Raia Sul	Castanheiro	Puro	25
		Outras folhosas	Misto	75
		Sobreiro	Puro	16100
			Misto	1750
		Pinheiro-manso	Puro	25
			Misto	50
		Pinheiro-bravo	Puro	11075
			Misto	1375
		Outras resinosas	Puro	1675
			Misto	275
		Carvalhos	Misto	25
		Outras folhosas	Puro	225
		Alfarrobeira	Puro	25
		Eucaliptos	Misto	2525
		Azinheira	Misto	950
			Puro	8850
		Carvalhos	Puro	775
		Eucaliptos	Puro	23050
316110	Tejo Internacional	Pinheiro-bravo	Puro	900
		Sobreiro	Misto	100

ID_SRH	SUB-REGIÃO HOMOGÊNEA	OCUPAÇÃO	PUROS	ÁREA (HA)
			Puro	350
		Pinheiro-bravo	Misto	500
		Eucaliptos	Puro	5125
		Outras folhosas	Puro	25
		Azinheira	Misto	150
			Puro	2950
		Eucaliptos	Misto	350
316J05	Torre	Pinheiro-bravo	Puro	650
			Misto	150
		Outras resinosas	Puro	125
			Misto	125
		Outras folhosas	Puro	150
			Misto	25

3 ZONAS SENSÍVEIS E CORREDORES ECOLÓGICOS

Nas Figuras 3 a 8, são apresentadas imagens que caracterizam as zonas sensíveis e corredores ecológicos na região do PROF Centro Interior no que se refere a:

- Figura 2 – Perigosidade de incêndio florestal;
- Figura 3 – Risco de erosão hídrica;
- Figura 4 – Importância ecológica (Rede Natura 2000);
- Figura 5 – Povoamentos com especial interesse social e cultural;
- Figura 6 – Faixas de gestão de combustível;
- Figura 7 – Corredores ecológicos.

Figura 2 – Perigosidade de incêndio florestal na região PROF Centro Interior. Fonte: ICNF

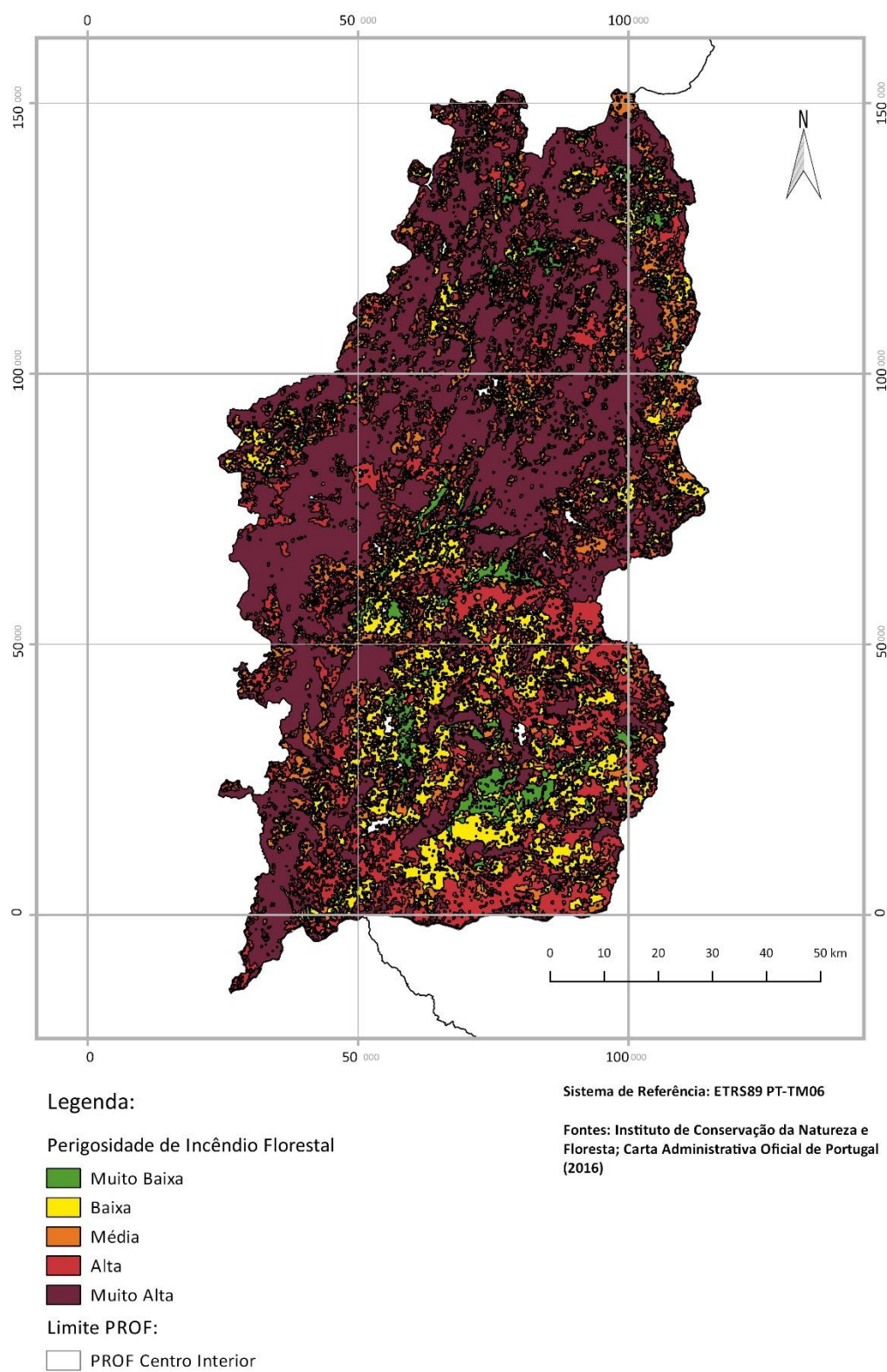


Figura 3 – Risco de erosão hídrica da região PROF Centro Interior. B-Baixo; M-Médio; E-Elevado

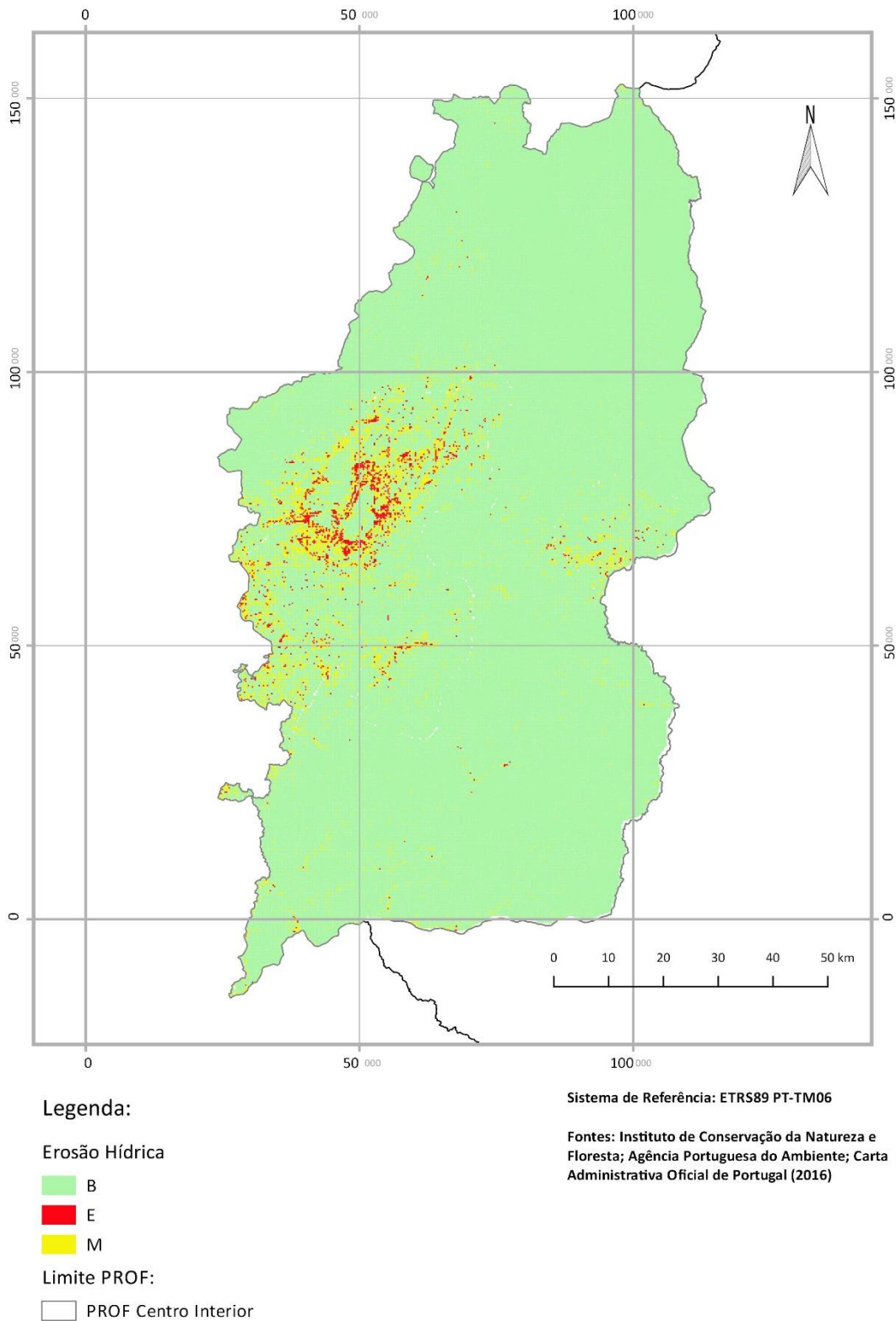


Figura 4 – Importância ecológica (Rede Natura 2000) da região PROF Centro Interior. Fonte: ICNF

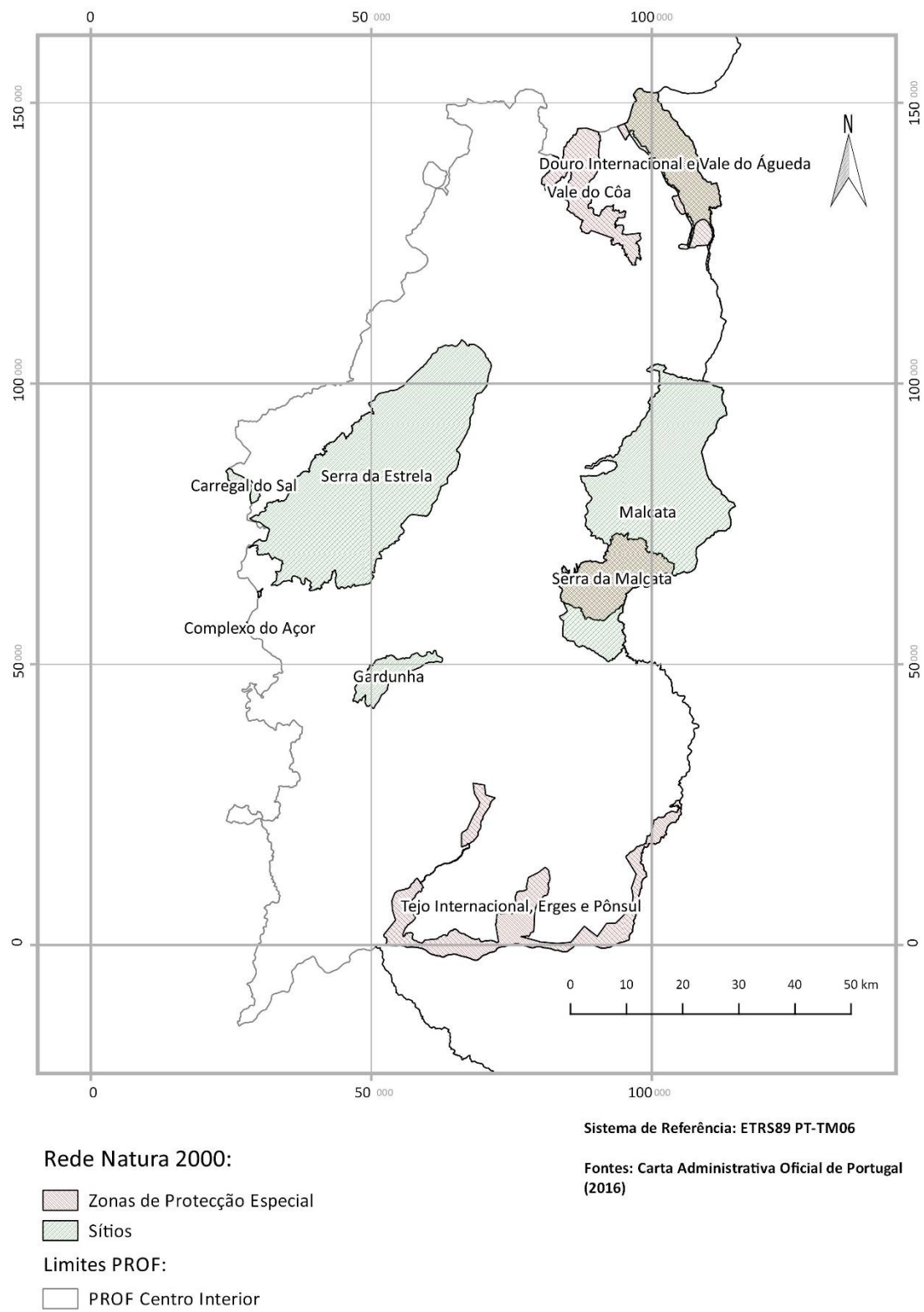


Figura 5 – Povoamentos com especial interesse social e cultural da região PROF Centro Interior

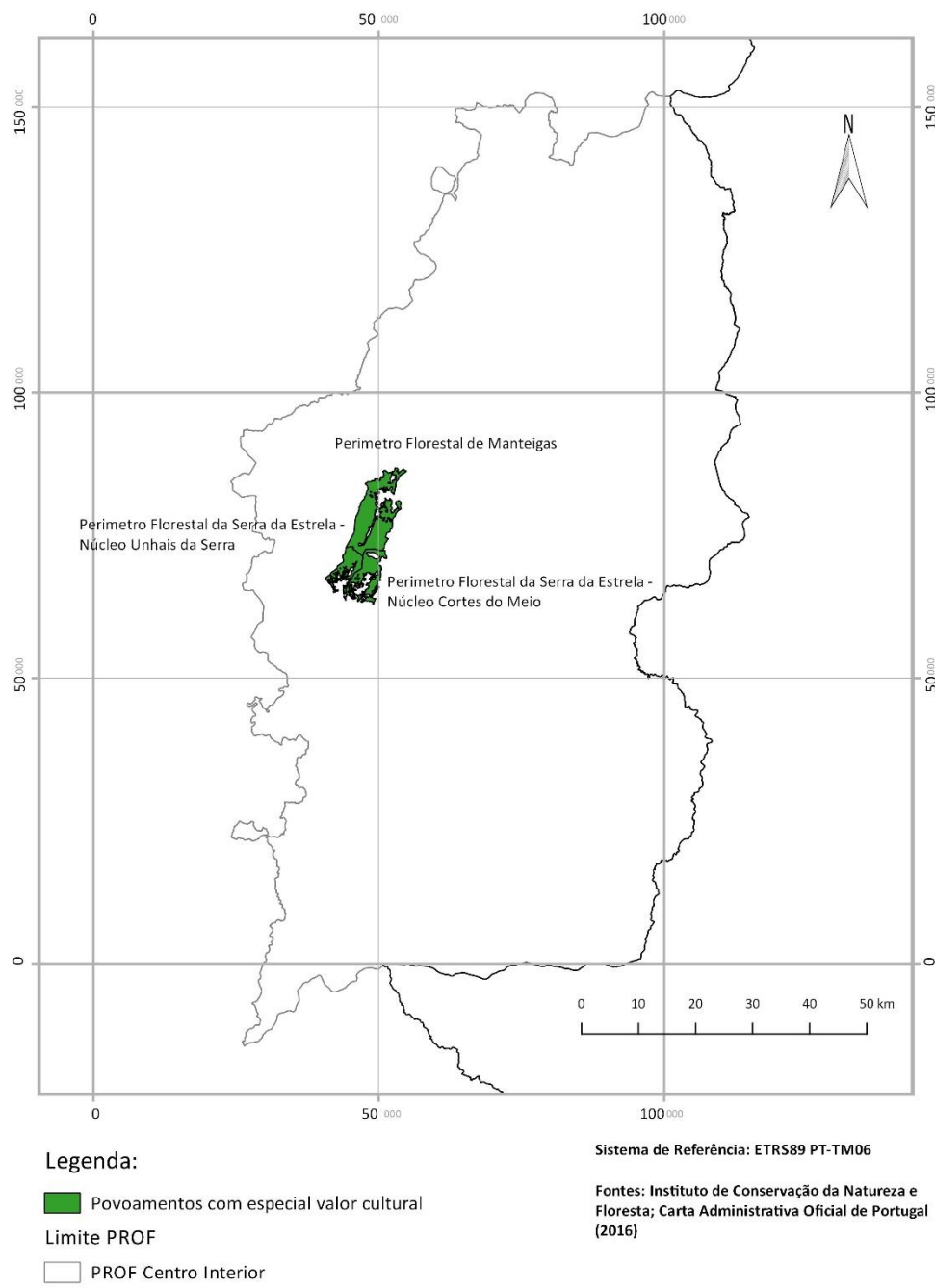


Figura 6 - Rede primária de gestão de combustível da região PROF Centro Interior. Fonte: ICNF

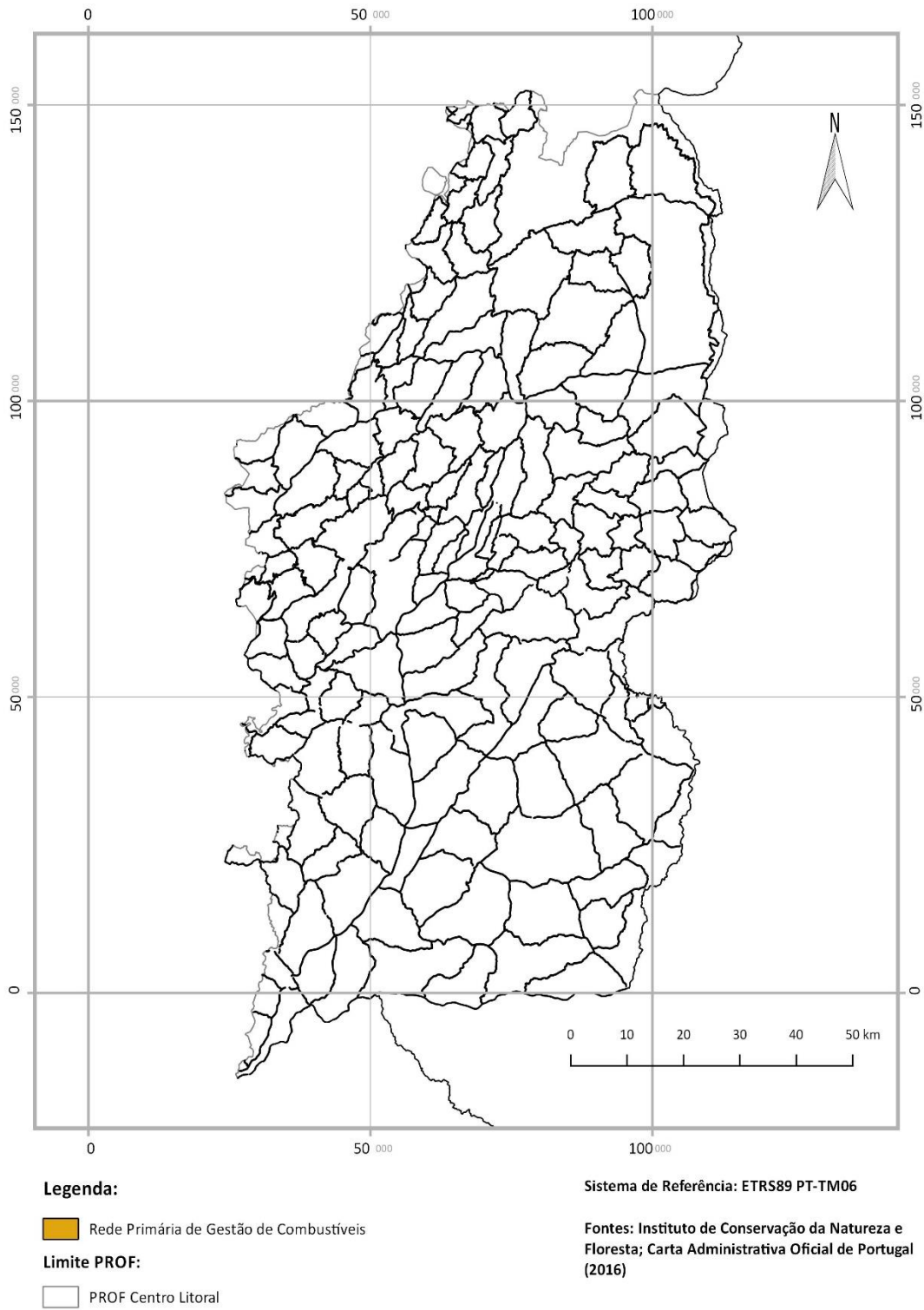
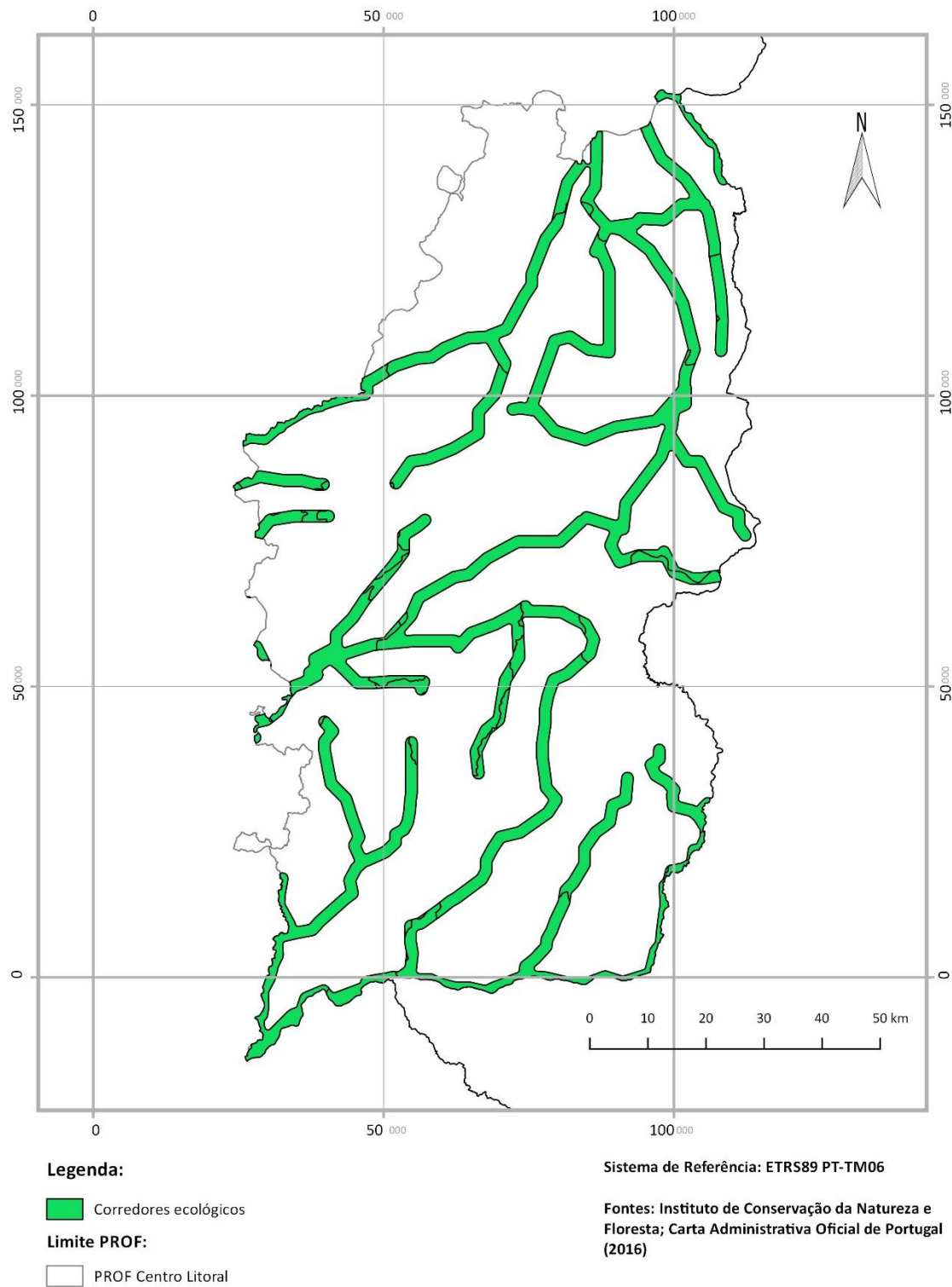


Figura 7 – Corredores ecológicos da região PROF Centro Interior. Fonte: ICNF



A perigosidade (2015) de incêndio florestal é elevada e muito elevada em mais de 50% do território em todas sub-regiões homogêneas da região PROF Centro Interior. Este é um condicionalismo muito importante à definição de modelos de silvicultura e à definição de metas e objetivos para estas sub-regiões homogêneas.

O risco de erosão hídrica elevado a muito elevado é superior a 10% da área da SRH em 6 das 12 sub-regiões homogêneas, os espaços florestais e a sua gestão são particularmente importantes na conservação do solo e da água nas áreas das bacias das albufeiras de águas públicas, isto porque o impacto do ordenamento florestal na eficiência das bacias na retenção da água é de grande magnitude, do que são exemplo a totalidade das bacias localizadas no Centro Interior, onde a ocupação florestal tem um impacto importante na diminuição dos riscos de erosão hídrica numa fração muito importante do território.

A definição da função “Conservação” das SRH através da fração de superfície incluída no território de áreas protegidas ou Rede Natura 2000, integrou uma parte importante dos valores naturais da região nas funções prioritárias da floresta na região. A concretização da gestão desses valores deve ser feita na definição de metas, objetivos e modelos de silvicultura para as SRH, em particular os modelos de silvicultura associados à gestão da biodiversidade.

Na definição dos povoamentos com especial interesse social e cultural foram considerados o Perímetro Florestal de Manteigas e o Perímetro Florestal da Serra da Estrela – (Unhais da Serra e Cortes do Meio), na serra com altitude mais elevada do Continente e por isso mesmo com valor simbólico reconhecido por grande parte da população e utilização coerente com esse reconhecimento.

Em 2.2.1.2 foi expressa a articulação dos corredores ecológicos com as funções da floresta, aplicáveis às sub-regiões homogêneas. Mesmo que não constitua uma função prioritária face aos critérios definidos em 2.1 a função “Proteção” associada ou não aos corredores ecológicos deve ser integrada nos modelos de silvicultura e objetivos da gestão florestal.

3.1 Articulação das funções dos espaços florestais com as zonas florestais sensíveis

Os critérios de definição das funções dos espaços florestais discriminados em 2.1 e 2.2, incidem sobre critérios definidores se zonas florestais sensíveis, isto é, a própria definição da função do espaço florestal na sub-região homogênea responde ao fator de sensibilidade do espaço (e.g zona classificada, risco de erosão). A caracterização das funções dos espaços florestais descritas em 1 define a articulação dessas funções com as zonas sensíveis no quadro dos critérios objetivos de classificação definidos pelo ICNF.

4 PONDERAÇÃO DOS MECANISMOS DE INTERNALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS

Em Portugal, os mecanismos de internalização de serviços ambientais da floresta formalmente constituídos e com relevância potencial são, atualmente, os seguintes:

- a) Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020;
- b) Fundo Florestal Permanente;
- c) Fundo Ambiental;
- d) Certificação da Gestão Florestal Sustentável.

4.1 Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020

O Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 abrange apenas uma pequena fração do horizonte dos PROF, não sendo possível garantir formatos de programa, orientação e dimensão dos apoios para o período pós-2020.

O PDR abrange, contudo, o essencial dos mecanismos de internalização dos serviços ambientais associados à biodiversidade. Esses apoios distribuem-se pela *Medida 7 - Agricultura e Recursos naturais*, *Medida 8 - Proteção e Reabilitação de Povoamentos Florestais* e *Medida 9 - Manutenção de atividade agrícola em áreas desfavorecidas*.

4.2 Medida 7 – Agricultura e Recursos naturais

A Medida 7 inclui uma vasta gama de Ações com potencial de internalização de serviços ambientais, em particular na biodiversidade.

Tabela 14 – Tipologias de apoios da Medida 7 do PDR 2014-2020. Fonte: PDR2020

AÇÕES	TIPOLOGIA
7.1	Agricultura Biológica
7.1.1	Conversão para Agricultura Biológica
7.1.2	Manutenção em Agricultura Biológica
7.2	Produção Integrada
7.3	Pagamentos Rede Natura
7.3.1	Pagamento Natura
7.3.2	Apoios Zonais • Gestão do pastoreio em áreas de baldio no Apoio Zonal Peneda-Gerês • Manutenção de socalcos no Apoio Zonal Peneda-Gerês • Conservação dos soutos notáveis na Terra Fria no Apoio Zonal Montesinho-Nogueira • Manutenção de rotação de sequeiro cereal-pousio no Apoio Zonal Montesinho-Nogueira • Manutenção de rotação de sequeiro cereal-pousio no Apoio Zonal Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Côa • Manutenção de rotação de sequeiro cereal-pousio no Apoio Zonal Montesinho-Nogueira • Manutenção de rotação de sequeiro cereal-pousio no Apoio Zonal Castro Verde • Manutenção de rotação de sequeiro cereal-pousio no Apoio Zonal Outras Áreas Estepárias
7.4	Conservação do solo
7.4.1	Sementeira direta ou mobilização na linha
7.4.2	Enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes
7.5	Uso Eficiente da água
7.6	Culturas Permanentes Tradicionais
7.6.1	Culturas Permanentes Tradicionais • Olival tradicional • Figueiral extensivo de sequeiro • Pomar tradicional de sequeiro do Algarve • Amendoal extensivo de sequeiro • Castanheiro extensivo de sequeiro
7.7	Pastoreio Extensivo

AÇÕES	TIPOLOGIA
7.7.1	Manutenção de lameiros de alto valor natura
7.7.2	Manutenção de sistemas agrossilvopastoris sob montado
7.7.3	Proteção do lobo-ibérico
7.8	Recursos Genéticos
7.8.1	Manutenção de raças autóctones em risco
7.9	Mosaico Agroflorestal
7.10	Silvoambientais
7.10.2	Manutenção de galerias ripícolas
7.12	Apoio Agroambiental à Apicultura

4.3 Medida 8 – Proteção e Reabilitação de Povoamentos Florestais

Tabela 15 – Tipologias de apoios da Medida 8 do PDR 2014-2020. Fonte: PDR2020

AÇÕES	TIPOLOGIA
Ação 8.1.	Silvicultura Sustentável
Operação 8.1.1.	Florestação de Terras Agrícolas e não Agrícolas
Operação 8.1.2.	Instalação de Sistemas Agroflorestais
Operação 8.1.3.	Prevenção da Floresta contra Agentes Bióticos e Abióticos
Operação 8.1.4.	Restabelecimento da Floresta Afetada por Agentes Bióticos e Abióticos ou por Acontecimentos Catastróficos
Operação 8.1.5.	Melhoria da Resiliência e do Valor Ambiental das Florestas
Operação 8.1.6.	Melhoria do Valor Económico das Florestas
Ação 8.2.	Gestão de Recursos Cinegéticos e Aquícolas
Operação 8.2.1.	Gestão de Recursos cinegéticos

4.4 Medida 9 – Manutenção de atividade agrícola em áreas desfavorecidas

Tabela 16 – Tipologias de apoios da Medida 9 do PDR 2014-2020. Fonte: PDR2020

OPERAÇÃO	TIPOLOGIA
Operação 9.0.1.	Zonas de Montanha
Operação 9.0.2.	Zonas, que não as de montanha, sujeitas a condicionantes naturais significativas
Operação 9.0.3.	Zonas sujeitas a condicionantes específicas

4.5 Comentário sobre o impacto do PDR 2014-2020 na internalização dos serviços ambientais

Em (Santos *et.al*, 2006) e (Santos *et.al*, 2008) foi analisada a internalização dos serviços ambientais associados à biodiversidade na Rede Natura 2000 através da aplicação das medidas do PDR, com grandes semelhanças às atualmente existentes.

Nesse estudo foram propostos modelos de Ações (na terminologia atualmente em uso) assentes no princípio da obtenção de impactos ambientais eficazes e mensuráveis e em que a ajuda remunerasse a perda de rendimento ou custos adicionais dos produtores para os obter, i.e, um mecanismo de internalização eficaz.

Sendo certo que o PDR tem um efeito de internalização de serviços ambientais resta por provar que esse efeito é eficiente do ponto de vista económico e eficaz do ponto de vista ambiental. Existem indicações no sentido de alguma ineficiência global na política de desenvolvimento rural da U.E quanto à obtenção de impactos ambientais positivos sobre a biodiversidade (EEA, 2015).

As atividades florestais enquadram-se no caso geral acima descrito sejam elas atividades de produção não lenhosa ou lenhosa.

A existência de mecanismos de internalização dos serviços ambientais, ambientalmente eficazes e economicamente eficientes, tendo por base a política de desenvolvimento rural da U.E, são uma dimensão estruturante da política florestal, uma vez que o ordenamento indica que existe uma fração muito relevante do território onde a produtividade potencial pode não ser suficiente para garantir a gestão e, assim, pode não ser suficiente para garantir os serviços.

O PROF indicará por sub-região homogênea, as áreas onde a situação anteriormente descrita se verifica.

4.6 Fundo Florestal Permanente

O Fundo Florestal Permanente (FFP) criado através da publicação do Decreto-Lei n.º 63/2004, de 22 de março, destinando-se a apoiar a gestão florestal sustentável nas suas diferentes valências, em conformidade com o previsto na Lei de Bases da Política Florestal, de 17 de agosto de 1996, é um instrumento financeiro relevante para a concretização dos objetivos da Estratégia Nacional para as Florestas, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro e de outras medidas de política setorial.

Os principais objetivos do FFP são o de apoiar, de uma forma integrada, a estratégia de planeamento e gestão florestal, a viabilização de modelos sustentáveis de silvicultura e de ações de reestruturação fundiária, as ações de prevenção dos fogos florestais, a valorização e promoção das funções ecológicas, sociais e culturais dos espaços florestais e ações específicas de investigação aplicada, demonstração e experimentação.

O FFP não tem sido utilizado como instrumento de internalização de serviços ambientais, porventura porque ainda não foi estabelecida e quantificada uma relação técnica entre as atividades de proteção e conservação e a diminuição da suscetibilidade ao fogo.

4.7 Fundo Ambiental

O Fundo Ambiental foi criado pelo Decreto-Lei n.º 42-A/2016 de 12 de agosto. As finalidades e objetivos do Fundo Ambiental são definidos no Artigo 3º do referido Decreto-Lei:

O Fundo tem por finalidade apoiar políticas ambientais para a prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável, contribuindo para o cumprimento dos objetivos e compromissos nacionais e internacionais, designadamente os relativos às alterações climáticas, aos recursos hídricos, aos resíduos e à conservação da natureza e biodiversidade, financiando entidades, atividades ou projetos que cumpram os seguintes objetivos:

- a) Mitigação das alterações climáticas, através de ações que contribuam para a redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e, desta forma, para o cumprimento das metas, designadamente no domínio das energias renováveis e da eficiência energética nos setores residencial e produtivo no caso de pequenas e médias empresas e no domínio dos transportes;
- b) Adaptação às alterações climáticas, dando especial relevo a ações na zona costeira e nas demais áreas dos recursos hídricos;
- c) Cooperação na área das alterações climáticas, nomeadamente para cumprimento de compromissos internacionais;
- d) Sequestro de carbono;

- e) Recurso ao mercado de carbono para cumprimento de metas internacionais;
- f) Fomento da participação de entidades no mercado de carbono;
- g) Uso eficiente da água e proteção dos recursos hídricos;
- h) Sustentabilidade dos serviços de águas;
- i) Prevenção e reparação de danos ambientais;
- j) Cumprimento dos objetivos e metas nacionais e comunitárias de gestão de resíduos urbanos;
- k) Transição para uma economia circular;
- l) Proteção e conservação da natureza e da biodiversidade;
- m) Capacitação e sensibilização em matéria ambiental;
- n) Investigação e desenvolvimento em matéria ambiental.

Verifica-se a ligação funcional do ordenamento e atividades florestais com os objetivos do Fundo Ambiental. O Fundo Ambiental “sucede em todos os direitos e obrigações” ao Fundo Português de Carbono e ao Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

O Quadro Estratégico da Política Climática 2030 (RCM n.º 56/2015, de 30 de julho) destacava o papel do Fundo Português de Carbono enquanto instrumento privilegiado para a implementação das políticas climáticas, estruturando a sua atuação nas seguintes áreas de intervenção: mitigação, adaptação e gestão de riscos, investigação e desenvolvimento, cooperação e internacionalização, comunicação e sensibilização, desenvolvimento e medidas de execução da política climática nacional e mercado de carbono, pelo que o mesmo se poderá afirmar em relação ao Fundo Ambiental.

Uma utilização estruturada do Fundo Ambiental integrada com a política florestal quer do lado das emissões quer do lado dos sumidouros será um instrumento importante. A diminuição da suscetibilidade dos incêndios e o aumento da produtividade global da floresta, são as áreas mais importantes de interseção com o ordenamento.

A definição das receitas afetas ao Fundo Ambiental, permite manter o mesmo conceito do Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade, o qual apesar da excelente conceção do seu conceito, teve uma dimensão de utilização muito reduzida.

4.8 Certificação da Gestão Florestal Sustentável

Através do preço dos produtos oriundos de áreas certificadas e tendo em atenção as especificações dessa certificação, funciona como um mecanismo de internalização de serviços ambientais.

4.9 Sobre possíveis mecanismos de internalização de serviços ambientais na floresta

O caminho de ligação da compensação de impactos (seja no modelo FCNB, seja no modelo FFP) através da mediação do Estado como gestor do fundo implica a readaptação desses instrumentos a essa missão. Essencialmente é necessário encontrar uma solução coordenada para a mitigação dos principais riscos através do fomento dos principais serviços ambientais associados à gestão florestal (biodiversidade, conservação do solo e da água, fixação de carbono). Um exemplo ilustrativo desta tipologia de soluções encontra-se na atividade cinegética: o bom ordenamento e gestão cinegética tem impactos potenciais positivos na biodiversidade e na suscetibilidade ao fogo.

Assim, as atividades que demonstrem a sua capacidade para fornecer os serviços deveriam ser privilegiadas na aplicação dos fundos.

Os mecanismos de mercado em que existe um mercado de serviços ambientais cuja procura é induzida pelo Estado através dos mecanismos de compensação ambiental (exp: Conservation Banks) serão porventura um caminho alternativo, em que o Estado regula, mas não gere diretamente os recursos gerados.

Trata-se de um tema da maior importância para a política florestal, não sendo, contudo, um tema de ordenamento diretamente associado com os PROF.

BIBLIOGRAFIA

Borges J. G. 1999. *Paradigmas, tecnologias e equívocos em gestão dos recursos florestais*. Revista Florestal XII(1/2): 27-34.

De Groot, R.S.; Alkemade, R.; Braat, L.; Hein, L.; Willemen, L. 2010. *Challenges in Integrating the Concept of Ecosystem Services and Values in Landscape Planning, Management and Decision Making*. Ecological Complexity 7, 260-272.

Decreto-Lei n.º 42-A/2016 de 12 de agosto, D.R. n.º 155/2016, 1º Suplemento, Série I. *Cria o Fundo Ambiental estabelecendo as regras para a respetiva atribuição, gestão, acompanhamento e execução. As finalidades e objetivos do Fundo Ambiental são definidos no Artigo 3º do referido Decreto-Lei*. Lisboa – Legislação Nacional.

Decreto-Lei n.º 63/2004, de 22 de março, D.R. n.º 69, Série I-A. *Cria, junto do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP), o Fundo Florestal Permanente (FFP)*. Lisboa – Legislação Nacional.

Decreto-Lei nº 171/2009, de 3 de agosto, D.R. nº 148/2009, Série I. *Cria o Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade*. Lisboa: Legislação Nacional.

Decreto-lei nº 71/2006, de 24 de março, D.R. n.º 60/2006, Série I-A. *Cria o Fundo Português de Carbono alterado pela Lei nº 64-A/2008 de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei nº 29-A/2011, de 1 de março, e pela Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro*. Lisboa: Legislação Nacional.

EEA. 2015. The European environment — state and outlook 2015 (SOER 2015).

Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade. 2001.
<https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2001/10/236B00/64256451.pdf>

Estratégia Nacional para as Florestas. 2015. <https://dre.pt/application/file/66432612>

Gómez-Baggethun, E.; de Groot, R.; Lomas, P.L.; Montes, C. 2010. *The History of Ecosystem Services in Economic Theory and Practice: From Early Notions to Markets and Payment Schemes*. Ecological Economics 69, 1209-1218.

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. 2007.
<https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2007/09/17000/0612606181.PDF>

Resolução do Conselho de Ministros 56/2015, de 30 de julho, D.R. n.º 147/2015, Série I. *Aprova o Quadro Estratégico para a Política Climática, o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) e a Estratégia Nacional para Adaptação às Alterações Climáticas (ENAC), determina os valores de redução das emissões de gases com efeito de estufa para 2020 e 2030 e cria a Comissão Interministerial do Ar e das Alterações Climáticas*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros – Legislação Nacional.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro, D.R. n.º 24/2015, Série I, 1.º Suplemento. *Aprova a primeira atualização da Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros - Legislação Nacional.

Santos, J.L., Rio Carvalho, C., Beja, Ribeiro, P.F & Alves, R. 2006. *Estudo sobre a integração da gestão da rede Natura 2000 na estratégia nacional de desenvolvimento rural – Relatório Final*. ICN. Lisboa.

Santos, J.L., Rio Carvalho, C., Beja, P., Gordinho, L., Reino, L., Pereira, A.J, Porto, M. & Ribeiro, P.F. 2008. Medidas de gestão agrícola e florestal para as áreas classificadas da rede Natura 2000 incluídas na 2ª fase de ITI/PDR – Relatório Final. ICNB.Lisboa

